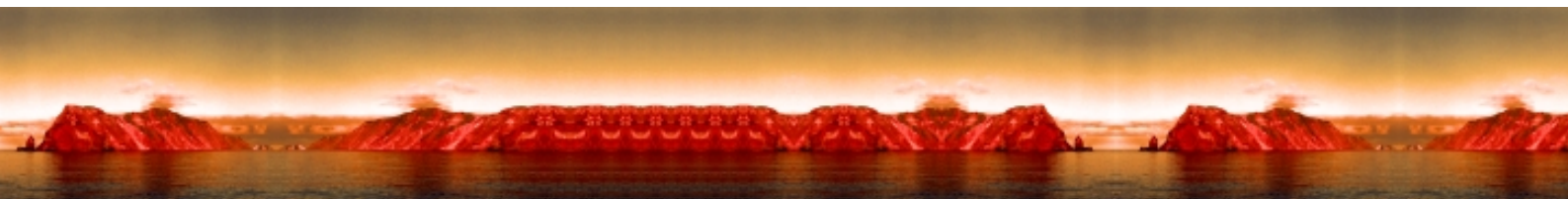
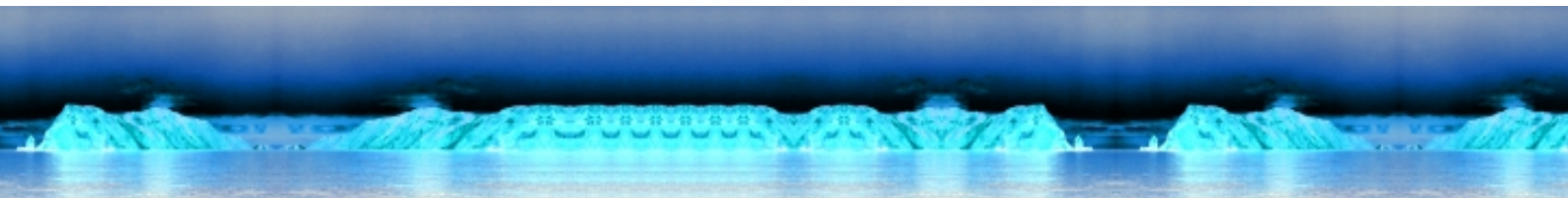
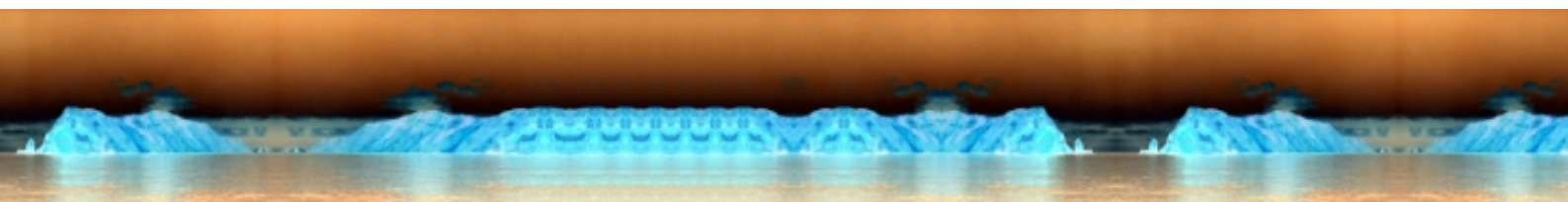
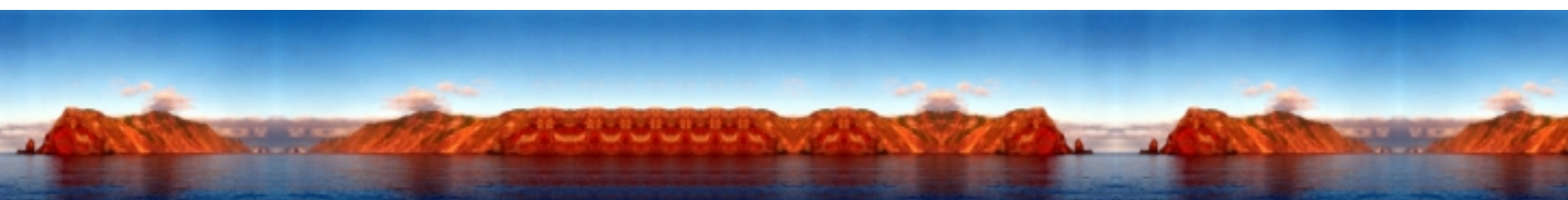


andarILHAgem n.º 1



FICHA TÉCNICA

andarILHAgem

www.azores.gov.pt/drcomunidades

Propriedade e edição:

Presidência do Governo Regional dos Açores
Direcção Regional das Comunidades

Director:

Alzira Maria Serpa Silva

Coordenação:

Álamo Oliveira

Redacção:

Paulo Teves | Nélia Andrade
João Martins | Raquel Rodrigues

Concepção gráfica:

Rui Melo

Impressão:

Nova Gráfica

Periodicidade:

Semestral



Direcção Regional das Comunidades

FAIAL

R. Cônsul Dabney

Colónia Alemã

9900-014 HORTA

Telef.: (351) 292 208 100

Fax: (351) 292 391 854

TERCEIRA

Rua do Palácio

9700-143 ANGRA DO HEROÍSMO

Telef.: (351) 295 215 826

Fax: (351) 295 214 867

SÃO MIGUEL

Rua de Lisboa, 19

9500-463 PONTA DELGADA

Telef.: (351) 296 301 570

Fax: (351) 296 302 078

E-mail: drc@azores.gov.pt

ÍNDICE

04

Editorial

05

Nota de abertura

VENTOS C/NOTÍCIAS ■

09

Direcção Regional das Comunidades

11

A Imigração nos Açores:
uma oportunidade

Paulo Mendes

13

Centro Comunitário de Apoio ao
Imigrante Kairós

Zuraida Soares

16

A nossa diáspora neste sul
da América do Sul

Manuela Techera Cardozo

MARÉS DE TODOS OS MARES ■

20

Conselho Mundial das Casas dos Açores

Ruben Santos

25

Há que ter uma voz! A participação
política das nossas Comunidades

Diniz Borges

29

O Passado como passaporte do Futuro
Vera Lúcia Maciel Barroso

34

A Comunidade açor-americana
e a Universidade
Onésimo Teotónio Almeida

38

A especificidade do ensino português
na Bermuda
Ricardo Pratas

■ ALGAS SONHOS TRANSPARÊNCIAS

45

- Postal de terra na terra

- Come o coração

- Flor ao luar

Luísa Ribeiro

50

A carta da América

Daniel de Sá

Por uma questão de limpeza e um
irremediável equívoco

Eduardo Bettencourt Pinto

54

Pátio dos telegramas

Ivo Machado

60

Joy Cletison e o Carnaval na Terceira

EDITORIAL

A fragilidade de uma ilha tem a forma de um sonho em movimento: tudo parece real, embora sempre se conte com o despertar que destrói a realidade do sonho. Só o movimento permanece sob uma curiosidade de séculos, onde achamento e povoamento se delatam no conceito de andarilhagem. Nesse movimento migratório com *e/i*, o Mundo se tornou sabido – porventura mais pequeno no que se encurtou de distâncias geofísicas, informativas e científicas. Se os tempos mudam acompanhados pela mudança das vontades (Camões foi aqui chamado), quer dizer que os movimentos são imparáveis mesmo quando abrandados por situações específicas. Às vezes, as raízes aprofundam-se, mas sempre se há-de impor a mobilidade dos interesses e até das tentações do sucesso.

Os Açores são o símbolo mais consistente da universalidade das migrações. A sua mobilidade demográfica substantiva anos e anos de exploração de rotas, de países, de recursos socioeconómicos, bem como de aventuras profissionais estendidas pela mais ampla diversidade, propiciadora da realização de talentos, apetências e notoriedades. Os açorianos conhecem o Mundo como andarilhos plurais, viajando sob o signo da sua dupla natureza, reafirmando o parecer nemesiano duma identidade anfíbia, capaz de assimilações e aculturações constantes, mais a prosaica constatação de, muitas vezes, ter de «comer o pão que o diabo amassou». E Nemésio reaparece para abrir o coração de Genuína Baganha e fazê-la dizer que «a terra da merica hé muito doce é no falar e a mim tem me amargado bastante».

Andarilhar é, por sua vez, um verbo de dimensão significativa duvidosa, com tanto de partida e repartida como de ficado e regressado; e também com tanto de *e* como de *i*, migrando-se quase sempre contra ou a favor de determinadas circunstâncias, mas onde não falta a vontade de ousar e de afrontar até o desconhecido.

Os Açores, sem os seus milhares de emigrantes, não podem ser entendidos como povo e o mesmo se dirá quando se sopesar as múltiplas influências dos seus imigrantes. É a andarILHAgem a cumprir o seu conteúdo semântico. Apresenta-se agora, em forma de revista, para fixar, junto dos interessados, os seus propósitos e a sua mais valia como porta-voz de formação e informação.

Assim dá-se o dito pelo não dito: a fragilidade de uma ilha não é real. Mas, o sonho andarILHA.

andarILHAgem

Os seus propósitos

AndarILHAgem é um projecto da Direcção Regional das Comunidades que começa a concretizar-se com a presente publicação, visando acompanhar a evolução da migração de e para os Açores.

Esta revista vai procurar proporcionar informação sobre a *e/imigração*, nomeadamente a que afecta legislação internacional, relevando a que vigora na União Europeia. Paralelamente, serão anunciadas as medidas pontuais provocadas pela imigração, sobretudo as de maior ingerência social.

Merecerão a melhor atenção todas as actividades desenvolvidas pelas comunidades açorianas, sobretudo as que projectem a Cultura de origem, contando-se, para o efeito, com a colaboração dos corpos directivos das associações comunitárias. Dar-se-á também destaque a personalidades e factos que contribuam, de forma indelével, para o desenvolvimento sociocultural das referidas comunidades.

As Letras e as Artes, na amplidão das suas expressões, vão merecer o espaço necessário a satisfazer a colaboração recebida.

NOTA DE ABERTURA

Em 10 anos de Presidência na Região Autónoma dos Açores, muitos foram os momentos de diálogo espontâneo e cultivado com os açorianos radicados no estrangeiro e com os estrangeiros residentes nas nossas ilhas, assumidas como de todos, os ausentes e os presentes, aqui geograficamente referidos.

Pessoalmente, e através de diversos meios, sempre encontrei o tempo necessário para ouvir e registar as sugestões, os comentários, as observações e as opiniões que me chegaram e que, também, por minha própria iniciativa, procurei junto de individualidades e instituições que tiveram um contributo a dar em matérias relacionadas com os seus misteres.

Porém, as funções governativas assumem desafios que não se esgotam nem no diálogo nem nos registos preservados. Assim, e atendendo aos que manifestaram interesse numa revista que se abrisse ao imenso mundo das migrações, divulgando e colhendo o muito que as ilhas têm dado e recebido na distância e nas evoluções imparáveis das culturas e das sociedades, cruzamos hoje mais um espaço de encontro, tão livre e tão mobilizador quanto o próprio fenómeno, na sua génese e nas suas resultantes.

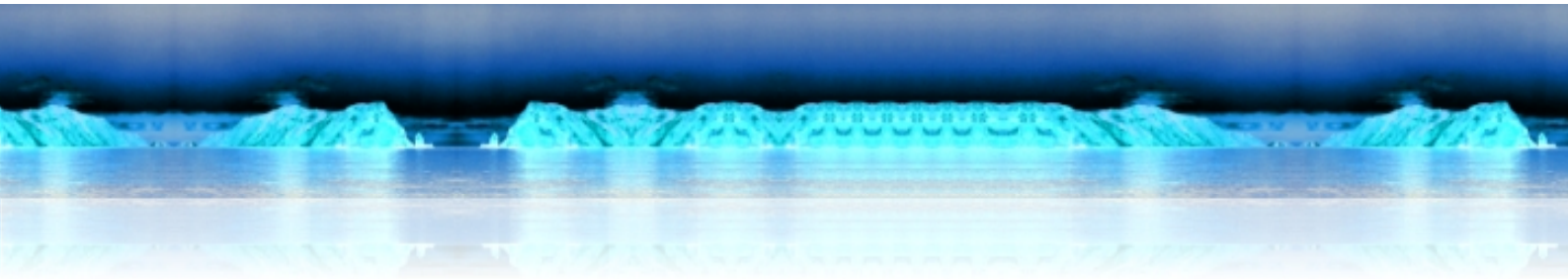
O projecto é simples, como a alma da nossa gente, e complexo, como todas as reflexões especializadas e aprofundamentos sistemáticos que diferentes ciências permitem trazer aos muitos contornos possíveis desta temática. Afinal, cinco séculos e meio de vivências deram-nos um confortável conhecimento para, generosamente, partilhar e uma necessidade crescente e indesviável de entendimento da nossa identidade individual e colectiva, impossível de se concentrar nas nove ilhas, mas dispersa por todas as que fomos construindo nos continentes e nos mares por onde andarilhámos.

A revista é uma aproximação de mundos, é um meio de comunicação, é um convite e é o pulsar da vida, onde quer que estejamos. Sejam, pois, bem-vindos a esta nova casa e a esta grande família!

Carlos Manuel Martins do Vale César
Presidente do Governo Regional dos Açores



ventos c/ notícias





DIRECÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES: *Na rota das Migrações... um Serviço Público para Todos!*

Acolher, acompanhar, aprender, divulgar, ensinar, formar, informar, intervir, partilhar, preservar, promover, servir, unir são alguns dos verbos que a Direcção Regional das Comunidades conjuga diariamente para atingir os seus objectivos.

A 13 de Maio de 1998 era criada, através do Decreto Regulamentar Regional nº 14/98/A, a Direcção Regional das Comunidades, dependente directamente da Presidência do Governo Regional dos Açores, substituindo o então existente Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas (GEACA).

Após as últimas eleições Legislativas Regionais, em Outubro de 2004, reuniu as competências da Imigração, para além das da Emigração, que são da sua competência desde 1998.

Transferir as expectativas das comunidades emigradas para os imigrados nos Açores é, desde já, uma via de avaliação à aferição das nossas responsabilidades de acolhimento e de educação dos vários sectores sociais. Reunir na mesma entidade quem tem a sensibilidade da integração e da identidade cultural dos emigrantes açorianos além-mar foi, sem dúvida, uma aposta na seriedade e empenho que a Imigração exige.

Promover a integração, alargar a tolerância, estimular a criação artística, transversalizar a cidadania dos emigrantes e dos imigrantes e enriquecer o nosso património cultural são desígnios que o Governo Regional dos Açores entende perseguir, intensificar e aprofundar.

As acções levadas a cabo pela Direcção Regional das Comunidades traduzem na prática a sua dupla vertente de trabalho, nomeadamente Integração e Preservação da Identidade Cultural das comunidades emigradas e imigradas.

Após cerca de 10 anos de existência, a Direcção Regional das Comunidades tem conseguido encurtar a ponte da saudade quer dos açorianos que partiram, quer dos que partiram dos seus países e escolheram o arquipélago açoriano como nova residência.

Actualmente a DRC dispõe de cinco departamentos, nomeadamente: Gabinete de Imigração e Interculturalidade (Horta); Gabinete de Emigração e Regressos (Horta); Gabinete do Intercâmbio Cultural

Comunitário (Angra do Heroísmo); Gabinete de Integração Social (Ponta Delgada) e Núcleo de Informação (Horta.)

A procura de um maior diálogo inter comunidades, uma maior aproximação dos Açores às Comunidades e vice-versa, a promoção da língua portuguesa, a preservação e divulgação da identidade cultural açoriana, bem como a aproximação dos jovens lusodescendentes às suas raízes foram alguns dos objectivos que sustentaram as inúmeras actividades que a DRC realizou, durante uma década.

Os três Encontros de Órgãos de Comunicação Social, realizados em 1999, 2001 e 2005, nas ilhas do Faial, São Jorge e São Miguel, respectivamente, reuniu mais de uma centena de profissionais da área, oriundos dos Açores, Brasil, Canadá, Estados Unidos da América e Portugal Continental, que permitiram discutir temas como a participação e o diálogo entre os agentes da comunicação, o debate da comunicação em português nas Comunidades, bem como aproximar os órgãos de comunicação social da realidade e actualidade açorianas.

Desde 1997 a 2005, realizou-se anualmente o Curso “Açores: À Descoberta das Raízes”, em diversas ilhas dos Açores, contemplando cerca de 400 participantes, oriundos do Brasil, Canadá, Estados Unidos da América, Uruguai, Venezuela. Estes Cursos, geralmente direccionados para académicos e dinamizadores associativos das diversas Comunidades, tiveram um carácter formativo em diversas áreas, nomeadamente história, geografia, economia e cultura açorianas.

De igual modo, os diversos Encontros de Associações Culturais e Encontros de Organizações de Serviço Social das Comunidades permitiram debater as questões pertinentes quer do associativismo cultural, quer do social.

Em 2002 e 2004 realizaram-se as I e II Jornadas “Emigração/Comunidades”, em Lisboa e Ponta Delgada, respectivamente, onde mais de uma centena de académicos do Brasil, Bermuda, Canadá, Estados Unidos da América e Hawaii debateram as questões da história, da língua portuguesa da identidade cultural açoriana além mar.

A juventude luso-descendente sempre foi uma prioridade da DRC na prossecução dos seus objectivos. Os quatro encontros Jovens realizados nos Açores de 2003 a 2004, possibilitaram, a cerca de 80 jovens do Canadá e Estados Unidos da América, o contacto com a realidade açoriana, nas áreas da história, geografia, cultura, economia, tecnologia.

De igual modo, as duas edições do “À Conquista dos Açores”, em 2004 e 2005, favoreceram a criação literária de jovens descendentes de açorianos, sobre diversos temas relacionados com os Açores.

No entanto, a DRC realizou diversos encontros nas Comunidades, nomeadamente: Encontro da Açorianidade na Califórnia e Costa Leste dos EUA, Raízes açorianas no Brasil, Travessias - Encontro de Escritores Atlânticos no Brasil, entre outros.

No que concerne à Imigração, a DRC realizou o Prémio de Jornalismo D. Djuta Ben David (em parceria com a AIPA), prémio este que premiou o jornalista dos Açores com a melhor reportagem sobre a integração e identidade dos imigrantes nos Açores.

O Curso de Língua e Cultura Portuguesas, nas ilhas de São Miguel, Faial, Pico e Terceira, permitiu certificar mais de uma centena de imigrantes. No debate académico, o II Congresso Internacional “A Imigração em Portugal e na União Europeia”, na Ilha Terceira, permitiu reunir cerca de 20 investigadores e técnicos da área das migrações.

O ano de 2006 foi, de igual modo, um ano de novas acções. A *Feira Viver Culturas* transmitiu, em prática, esta nova dualidade de trabalho da DRC. Realizada de 22 a 28 de Junho de 2006, na cidade da Ribeira Grande, teve como objectivos a convergência de açorianos, emigrantes e imigrantes na Região, contribuir para o



Conhecimento Intercultural das várias Comunidades como forma de combate à intolerância, racismo e xenofobia, bem como dar a conhecer o Arquipélago dos Açores como um espaço de liberdade de culturas e de integração plena de quem habita, num encontro intercultural nas áreas da música, artes, gastronomia, cinema e teatro.

Em 2007, as actividades da Direcção Regional das Comunidades iniciaram-se com a deslocação do Presidente do Governo Regional dos Açores ao Uruguai e Argentina. Esta deslocação permitiu o estreitamento das relações entre os Açores e a comunidade de origem açoriana no Uruguai, bem como a comunidade portuguesa residente na Argentina. Esta comunidade uruguaia de ascendência açoriana tem uma única associação, Los Azoreños que, anualmente, festejam as “Fiestas Azoriano Carolinas”, como homenagem ao legado cultural deixado pelos açorianos há mais de 250 anos, naquele país.

A juventude luso-descendente canadiana teve a sua representação no mundo musical. Entre 4 e 6 de Maio, a





artista Suzana da Câmara, actuou nos palcos das ilhas Terceira, São Miguel e Faial. Reconhecida internacionalmente no mundo musical do *world music*, esta descendente de açorianos e residente em Vancouver, encantou, com a sua melodia cantada em português, inglês e francês, o público açoriano.

Natasha Marjanovic, uma ex-jugoslava, apresentou nos palcos das ilhas Terceira, Faial e Pico, entre os dias 18, 19 e 20 de Maio a peça *Vento de Leste*. Esta peça, apresentada no ano de 2006 no decorrer da Feira Viver Culturas, é um retrato da integração de uma imigrante da Europa de leste em Portugal. Este

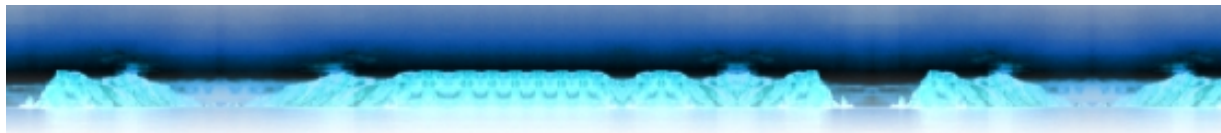


espectáculo, com cerca de uma hora, transporta-nos para uma “sentida e triste comédia”, onde o hilariante e a personalidade humana conjugam na perfeição.

Mais de uma centena de jovens de várias cidades do Canadá e dos Estados Unidos da América, bem como jovens de todas as nove ilhas dos Açores estiveram reunidos de 7 a 10 de Junho, na cidade de Toronto, no Encontro de Jovens Gerindo Mudanças – Toronto 2007. Este Encontro, com o apoio da Direcção Regional da Juventude e do Congresso Nacional Luso Canadiano, teve como objectivo a reflexão, por parte dos jovens luso- descendentes, de diversos temas tais como a língua portuguesa, a identidade cultural, as novas políticas das Comunidades e da Juventude, a participação cívica e política nas Comunidades, entre outros.

Ainda no Canadá, a Direcção Regional das Comunidades participou e apoiou o “III Portuguese Heritage Month” em Toronto. No dia 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, o grupo musical açoriano deliciou o público de Vancouver, com uma actuação com base num repertório açoriano.





A IMIGRAÇÃO NOS AÇORES: UMA OPORTUNIDADE

...a imigração, à semelhança do que aconteceu e acontece noutras paragens, constitui uma mais valia para a região.

Dentro do quadro emigratório português, o arquipélago açoriano é uma referência obrigatória, se tivermos em atenção o que a emigração representou e continua a representar (obviamente com outros contornos e com muito menor expressão numérica) no tecido social, económico e cultural da Região.

Sem deixar de ser – no sentido mais restrito do termo – uma Região de emigração, as ilhas têm sido palco nos últimos 6 anos de um movimento imigratório mais ou menos regular, obedecendo aos mesmos contornos que o fenómeno assume no continente português, nomeadamente em relação à origem, à inserção sócio-laboral, etc.

A emergência dos fluxos migratórios para os Açores deve ser entendida sob duas perspectivas, nomeadamente a macro e a micro. Dentro da perspectiva macro, deve-se salientar que, os Açores situam-se dentro do grupo das Regiões do Centro, que se caracterizam, essencialmente, pela escassez da mão-de-obra em alguns sectores da actividade económica. O maior e rápido incremento do processo da globalização, a facilidade de comunicação e transportes, as discrepâncias de qualidade de vida entre as regiões são factores que potenciam a deslocação de pessoas das suas origens (periferia) para as regiões mais desenvolvidas (centro), aliado à existência de grandes disparidades de desenvolvimento entre regiões e países. Perante o actual cenário dos movimentos migratórios, a noção de “ muito longe” é uma questão altamente secundária.

Não obstante haver razões específicas do arquipélago que condicionaram o aumento considerável dos fluxos migratórios, o certo é que o contexto nacional português deverá ser tido em consideração na busca dessa explicação. A partir de 1986, altura da adesão de Portugal à CEE, e aliando outros factores, o mercado de trabalho nacional sofreu grandes transformações, potenciado, por exemplo, no sector das obras públicas crescimentos assinaláveis. Por outro lado, o aumento da mobilidade para Portugal é bem visível, sobretudo, no final de década de 90 em que residiam no país 191143 cidadãos estrangeiros. No entanto, em 2005, residiam em situação legal em todo o território nacional 553130 cidadãos estrangeiros, representando um aumento na ordem de 189% face ao final de década de 90. Este aumento exponencial da população imigrante em Portugal, permitiu uma relativa dispersão do fenómeno para outros pólos e concelhos do país, diferenciando com o passado recente em que a área metropolitana de Lisboa e, até certo ponto, o Porto, acolhiam quase a generalidade da população imigrante. Por isso, os Açores emergem, também, dentro desta descentralização do fenómeno migratório, verificada no país a partir do final da década de 90.

Por outro lado, dentro da esfera micro, sobressaem situações conjunturais e específicas que favoreceram o incremento destes fluxos migratórios para a região. Primeiro, é de salientar o ambiente económico favorável (abaixamento de taxas de juros, transferência de fundos estruturais, etc) que se traduziu no *boom* na área de construção civil no arquipélago.

Um outro factor dentro da esfera micro que potenciou o aumento da população imigrante na Região, foi o processo de reconstrução ocorrido nalgumas Ilhas do Grupo Central, sobretudo, no Faial, na sequência da actividade sísmica verificada em Junho de 1998.

A quantificação do fluxo migratório no arquipélago não é fácil. Como já foi referido anteriormente, a quantificação dos imigrantes no território nacional é algo complexo e muitos dos números apresentados são, regra

geral, contraditórios. Face à facilidade de mobilidade entre o continente e a Região e ao peso relativo do movimento sazonal, a quantificação deste fluxo torna-se, de facto, um problema, o que exige uma leitura atenta e a consulta crítica de várias fontes, nomeadamente, SEF, IGT, INE, etc.

Segundo os dados do SEF, em Dezembro de 2005, residiam legalmente na Região Autónoma dos Açores, 7403 cidadãos estrangeiros, contabilizando, para o efeito, os soldados norte-americanos destacados na Base das Lajes, na Ilha da Terceira, que até a data eram 3209 indivíduos. Subtraindo essa população, que tem especificidades próprias e, por isso, não faz sentido perspectivá-los como imigrantes num quadro mais restrito, ficaremos com uma população imigrante a rondar os 4194 indivíduos. Nesta contabilização, entram todos os cidadãos estrangeiros em situação legal na Região Autónoma dos Açores e portadores de qualquer título válido. Não obstante o peso diferenciado de diferentes comunidades, o facto é que gradualmente a região vai-se tornando num espaço de convergência de pessoas provenientes de várias latitudes, acolhendo estrangeiros de mais 50 países diferentes.

Em relação à importância numérica das comunidades, é possível destacar 4 comunidades mais representativas: a cabo-verdiana com um total de 699 indivíduos, representando 16,7%, seguida da proveniente dos Estados Unidos (16,4%). Em terceiro, aparece a comunidade brasileira com um total de 577 indivíduos, equivalendo 13,7%. O quarto destaque vai para os cidadãos provenientes do Leste Europeu que, à semelhança com a realidade no continente português, têm tido cada vez mais importância no país e na região. Neste grupo, os ucranianos têm uma maior importância numérica, com uma comunidade formada por aproximadamente 400 indivíduos, equivalente a 9,5%. Destaca-se ainda, os cidadãos provenientes da União Europeia que no conjunto representam 19,6% do total dos estrangeiros na região, com a preponderância dos alemães (9,6%).

Se compararmos a distribuição da população estrangeira na região com o resto do país, a única diferença mais substancial prende-se com o peso elevado de cidadãos provenientes dos Estados Unidos e do Canadá, que representam 16,4 e 9,4%, respectivamente. Parece-nos que este peso se prende à forte componente histórica que a emigração açoriana assumiu para aqueles dois países do continente americano, assistindo, por isso, ao retorno voluntário e involuntário de muitos desses emigrantes. Também é uma hipótese plausível afirmar que uma percentagem significativa destes emigrantes retornados à região, tem a dupla cidadania e acabam por concretizar, numa fase de inactividade profissional, o tal regresso à terra natal que acompanha sempre um migrante.

Em relação ao peso dos estrangeiros provenientes da União Europeia, que de resto acompanha, também, a tendência nacional, assume-se, possivelmente, como uma mobilidade diferente da que se verifica, com as outras comunidades, nomeadamente com a proveniente da África Lusófona, Brasil e Leste Europeu. Em princípio, estaremos perante um conjunto de indivíduos que procuram a região como um espaço de refúgio, depois de uma vida profissional activa concretizada nos países de origem, tendo assumido, por isso, uma migração não laboral ou, se quisermos, não excessivamente laboral.

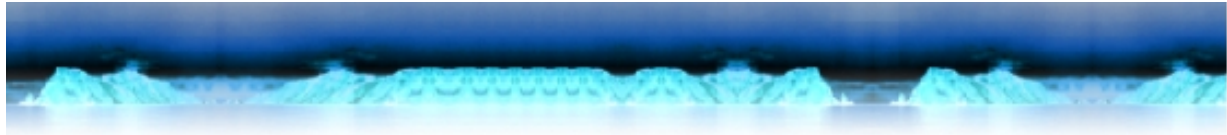
Outro facto curioso, dentro da quantificação do fluxo imigratório nos Açores, é a existência de indivíduos migrantes provenientes de países que, *a priori*, não possuem nenhuma ligação com Portugal. Com uma expressão numérica praticamente inexpressiva, temos na Região, por exemplo, cidadãos oriundos do Bangladesh, Egipto, Paquistão, Senegal, entre outros. Apesar da pouca relevância estatística que estes casos representam e do fenómeno ser muito novo na Região, comprovam, no entanto, a dimensão global do fenómeno nas ilhas.

Apesar de ser um fenómeno recente na região, estamos convencidos de que a imigração, à semelhança do que aconteceu e acontece noutras paragens, constitui uma mais valia para a região. A aposta muito objectiva na integração e a criação de condições que promovam a igualdade de oportunidades entre as pessoas, deverão ser os pressupostos das nossas acções.

É, também, por isso que foi criada a AIPA, na tentativa dos imigrantes, reunidos em torno de uma organização, contribuírem para uma melhor integração.

PAULO MENDES

Presidente da Associação dos Imigrantes nos Açores



CENTRO COMUNITÁRIO DE APOIO AO IMIGRANTE KAIRÓS

O Centro Comunitário de Apoio ao Imigrante – Kairós (CCAI) iniciou a sua actividade em Setembro de 2003 e integra, desde Abril de 2005, a Rede de Suporte Sócio-Cultural à Mobilidade Humana, bem como o Conselho Consultivo Regional para os Assuntos da Imigração.

No âmbito dos seus objectivos gerais – entre os quais se destacam a promoção de respostas para uma plena integração de cidadãos imigrantes, em situação de exclusão social, bem como o apoio económico a estudantes imigrantes, em situação de carência -, o CCAI tem vindo a apoiar cerca de 200 utentes.

Entre os apoios mencionados, sublinhamos o acolhimento temporário e de emergência, a formação e integração sócio-profissional e ocupação pelo trabalho, o apoio à sobrevivência (em situações de comprovada necessidade), a administração de cursos de português para estrangeiros, o apoio jurídico na documentação/regularização de cidadãos imigrantes e as bolsas de formação, atribuídas a estudantes imigrantes com poucos recursos económicos.

Simultaneamente, desenvolvemos iniciativas de âmbito cultural, procurando contribuir para a promoção do conhecimento e do apreço mútuo, entre a cultura



açoriana (sociedade de acolhimento) e as diversas culturas/tradições de que os imigrantes são portadores, no sentido de erigir a tolerância e o respeito pelos Direitos Humanos, como valores estimáveis.

Do nosso plano de actividades para o ano de 2007, além da manutenção do apoio sócio-profissional aos imigrantes, gostaríamos de salientar:

- o lançamento (previsivelmente, durante o mês de Maio) do número Zero e posterior publicação trimestral de um Jornal, dirigido aos imigrantes residentes na Região e com distribuição inicial em 4 ilhas: S. Miguel, Terceira, Faial e Pico;

- a organização de serões temáticos, de periodicidade mensal, que divulguem as culturas das novas comunidades residentes nos Açores, focando as diferentes gastronomias, tradições populares e eruditas (literatura, música, teatro, pintura, etc);

- a continuação do I Curso de Língua e Cultura Russa, a decorrer desde Janeiro.07, nas nossas instalações e cuja 1ª Aula Aberta à comunidade teve

lugar no passado dia 16;

- a continuação do I e II Curso de Português para Estrangeiros;

- a organização de um 'Convívio de Natal', dinamizado pela comunidade brasileira a residir em S. Miguel, à semelhança do ocorrido em Dezembro.06, então dinamizado pela comunidade de Leste;

- o apoio diversificado ao Clube de Amizade Internacional 'Aliança', grupo multicultural dinamizado pelos imigrantes de Leste.

Tudo isto tem sido possível, graças aos protocolos estabelecidos, seja com o Instituto de Acção Social, seja com a Direcção Regional das Comunidades, órgãos onde o CCAI sempre tem encontrado eco para as suas propostas.

ZURAI DA SOARES

(Coordenadora)





A NOSSA DIÁSPORA NESTE SUL DA AMÉRICA DO SUL

Os povoadores das Ilhas dos Açores foram autorizados a ir para o Brasil, e transportados à custa da Real Fazenda para o litoral de Santa Catarina, desde 1748. Para assegurar o domínio português nas terras do Sul do Brasil, foram levados para o que é hoje, o Estado do Rio Grande do Sul, desde 1752.

Em 1763, o poderoso general espanhol, Pedro de Ceballos, invade as terras em poder de Portugal e ocupa a Vila de Rio Grande.

Parte da população foge, cruza como pode a barra da Lagoa dos Patos e procura refúgio no Estreito. Segue para o interior e se espalha pelas nascentes cidades, ou funda outras.

Houve ilhéus, que ainda não tinham recebido o seu “quarto de légua em quadro” prometido. Ceballos traz, pela “razão ou pela força”, várias famílias para as terras da Coroa Espanhola.

As carretas puxadas por bois se põem em marcha. Léguas e léguas, ouvindo o lento ranger das rodas de madeira. Sob a cobertura de couros de boi, os ilhéus sonham. Vão em procura da terra prometida. Terra para trabalhar, terra para criar os filhos. Água fresca para beber e para lavar a roupa, pensam as mulheres.

E chegam às margens, povoadas de árvores do arroio Maldonado Chico (hoje Arroyo San Carlos). É o seu destino. Termina a longa viagem que começou nas Ilhas dos Açores e começa uma nova história.

Com eles, funda-se uma cidade: San Carlos, em homenagem ao rei da Espanha, Carlos III. O padroeiro: San Carlos Borromeo.

Recebem terras e sementes. Constroem modestas casas. E o tempo passa, muitos casam com espanhóis. Nasce uma nova geração.

Em 1777, com o Tratado de São Ildefonso entre Espanha e Portugal, muitos dos assentados decidem voltar para as terras da Coroa Portuguesa. E lá vão, outra vez com o lento ranger das carretas. Para eles não tinha findado a viagem. Vão escrever uma nova história no Rio Grande do Sul.

Prosseguem as lutas entre Espanha e Portugal primeiro, e logo entre “orientales” e brasileiros.

Os descendentes dos ilhéus lutam pela “sua terra”. E dão heróis como: Leonardo Olivera, “el señor del Este”, e muitos outros.



Sede Social “Los Azoreños” em San Carlos - Uruguay. Janeiro de 2007

O Uruguai, país com nome de rio – “río de los pájaros pintados”, na língua indígena – ganha a sua independência.

Passa o tempo, em 1963, para comemorar os 200 anos da fundação de San Carlos, começam a procurar dados. Duas professoras do Ensino Primário escrevem para a Base de Lajes, na Ilha Terceira. Chega a informação: As Ilhas dos Açores existem.

Cria-se o grupo de danças “criollas” “Los Azoreños”. Começa devagar o resgate da identidade.

Chegam as viagens de reencontro com as “ilhas de bruma”. Há bolsas de estudo para cursos. A Dra. Alzira Serpa Silva inaugura a primeira parte da Sede Social de Los Azoreños em 2006.

Neste ano, 2007, o senhor Presidente do Governo Regional de Açores, Dr. Carlos César, na sua visita a San Carlos, descobre na parede da segunda parte da Sede Social, uma placa que junto ao nome e o cargo, diz: “entre nosotros”. É o reencontro histórico com a sua gente.

O Centro Social de Los Azoreños, com suas oficinas de danças tradicionais uruguaias e açorianas, teatro, português, canto, olaria, e outras, é um ponto de atração para adultos e jovens.

Vocês perguntarão o que aconteceu com aqueles açorianos que se embrenharam pelo interior do então Continente de Rio Grande de São Pedro, – hoje Estado do Rio Grande do Sul – fugindo da invasão de Ceballos e os que voltaram desde San Carlos. Fundaram cidades, ocuparam terras, misturaram-se com portugueses do continente. Lutaram nas guerras entre Espanha e Portugal e entre brasileiros e uruguaios.

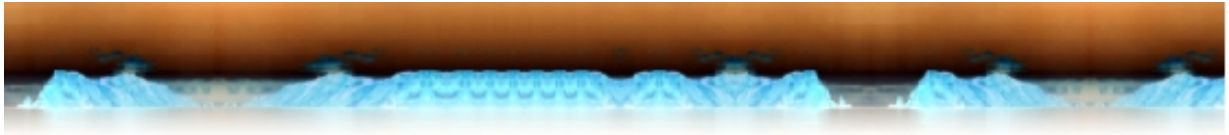
A meados do século XIX os descendentes começaram a cruzar a fronteira com o Uruguai. Compraram campos. Povoaram os departamentos de Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres, Tacuarembó e Rocha. Deram dois presidentes da República: Brum e Terra. Espalharam-se por todo o país. Hoje muitos deles também tentam resgatar a herança açoriana.

Desde este cantinho da América do Sul, para todos os parentes açorianos, nos quatro cantos do mundo, é o que temos para informar. Os nossos 188.000 quilómetros quadrados às ordens e sejam bem-vindos pelos 3.300.000 povoadores destas terras.

MANUELA TECHERA CARDOZO



Grupo “Quatro Oitavas” dos Açores em Paróquia San Carlos Borromeo - San Carlos - Uruguay. Janeiro de 2006 | fotografias: Raquel Domínguez de Minetti



CONSELHO MUNDIAL DAS CASAS DOS AÇORES Dez anos na Diáspora e no Mundo

A responsável acção desenvolvida pelas Casas dos Açores, quer na diáspora menos afastada quer na mais distante, fez propagar o eco do bom desempenho conseguido e determinou a saudável atitude do, então, recém-eleito executivo da Região Autónoma, em ouvir de pronto, as instituições congéneres geograficamente mais próximas do Arquipélago. Tal facto reporta-se ao mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e sete.

Volvidos dez anos, pormenorizar a referida data é relembrar a iniciativa do Presidente do Governo Regional que, na cidade de Coimbra, faz desenrolar a primeira acção conjunta, com a presença atenta da maioria do seu executivo e os responsáveis das Casas dos Açores sediadas no continente português, evento que ele próprio coordena e preside e que, indubitavelmente, assinala o novo rumo das Casas dos Açores, no fomento de um desempenho de acção de mais lata e diversificada abrangência.

Delinear, pormenorizar e fazer avançar na diáspora, nova e frutífera concepção de trabalho, leva de Coimbra a New Bedford, na costa leste dos Estados Unidos, em Junho seguinte, toda uma chama de boa vontade e firme intenção de forte e compacta dinâmica. De todo o mundo da diáspora, as Casas

dos Açores aderem à iniciativa, assumindo sem reservas, aberta e favorável posição às boas notícias resultantes das conclusões emanadas da velha cidade do Mondego. Vive-se então o “II Encontro de Casas dos Açores”, cuja anfitriã, Casa dos Açores da Nova Inglaterra, e todos os convivas responsáveis presentes, empenham as sessões de trabalho na estruturação e viabilidade de um organismo de

...vitalizado o Conselho Mundial das Casas dos Açores, surge a óbvia oportunidade de mais fácil e melhor proximidade no relacionamento com as comunidades açorianas dispersas na diáspora, tendo em conta um contacto mais assíduo, profundo e, de algum modo, quase personalizado, com os açorianos que essas mesmas comunidades aglutinam.

âmbito mundial, capaz de, com a necessária e exigida eficiência, coordenar e disciplinar os objectivos comuns das Casas dos Açores. Embora o entusiasmo e o esforço conjunto tenham dominado as contínuas sessões de trabalho, o propósito a que todos se haviam votado não é atingido neste “Encontro”, facto que, inevitavelmente, adia o ultimar do projecto.

Na intenção de prossecução dos trabalhos há longos meses encetados, é escolhida a cidade da Horta onde, de doze a quinze de Novembro do referido ano de mil novecentos e noventa e sete e sob o rigoroso patrocínio do Governo Regional, tem lugar o “III Encontro de Casas dos Açores”. Neste, o executivo, assumindo de novo presença através do, então, Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, toma a decisão de reconhecer as Casas dos Açores como “interlocutores privilegiados nas comunidades”.

Não apenas por inerência de funções, mas sobretudo pelo grande e

cuidado entusiasmo que sempre dedicou ao projecto, a directora do desactivado Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, Dra. Alzira Maria Serpa Silva, actual Directora Regional das Comunidades e, desde sempre, elo de ligação entre o Governo Regional e as Casas dos Açores, assumiu naturalmente a presidência dos referidos “Encontros” de New Bedford e Horta e, sob sua co-responsabilidade é lavrado a treze de Novembro o relevante documento designado por “Declaração da Horta”. Esta “declaração” fundamenta e oficializa a constituição do Conselho Mundial das Casas dos Açores, organismo no qual passam a recair bastas responsabilidades e, por tal, também a incumbência de “articular a acção das Casas dos Açores entre si e entre estas e a Região”. No dia imediato, na sua primeira reunião, o Regulamento redigido e estruturado é, por unanimidade, aprovado e diversas outras medidas são estabelecidas.

Finalmente, vitalizado o Conselho Mundial das Casas dos Açores, surge a óbvia oportunidade de mais fácil e melhor proximidade no relacionamento com as comunidades açorianas dispersas na diáspora, tendo em conta um contacto mais assíduo, profundo e, de algum modo, quase personalizado, com os açorianos que essas mesmas comunidades aglutinam. A actuação deste Conselho engloba inúmeras situações, de menor ou maior responsabilidades, mas todas de substancial relevo, desde a coordenação na prossecução de trabalhos a encetar e desenvolver pelas instituições-suporte como, inclusive, o preponderante e difícil papel disciplinador, tendente a evitar uma proliferação desordenada de Casas dos Açores, sem prévia, consciente e aturada análise dos objectivos-base, a incidir sobre eventuais candidaturas e posterior justificado consentimento de actuação.

A autenticidade e veracidade deste anterior quadro, traduz a cuidadosa postura no que concerne a candidaturas a novas adesões ao Conselho, assunto sempre tratado com profundidade e rigor e, do foro exclusivo da Assembleia Geral, no seu plenário. Do mesmo modo, qualquer tomada de posição no tocante a membros efectivos tem, necessariamente, idêntico encaminhamento.

A notória confiança votada ao Conselho ao longo dos anos e a sua constante procura por instituições que, organizadas e dispersas na diáspora, alicerçam nova desenvoltura em toda a acção que movimentam, motiva a adesão das mesmas a este organismo coordenador, base da unidade e unicidade da afirmação açórica.

Na confirmação segura deste anseio de vivência e de procura de raízes, o exemplo da Casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina é notório, já que, “oriunda” de uma instituição cultural regionalista, operando há longos anos na sua zona de influência, assume oficialmente a designação de Casa dos Açores, em Dezembro de mil novecentos e noventa e nove e são seus fundadores oitava e nona gerações de descendentes açorianos.

Em Winnipeg, Canadá, o Centro Cultural Açoriano, instituição conhecida pela actividade desenvolvida desde a sua fundação, aposta forte na integração no Conselho Mundial das Casas dos Açores e, em dois mil e um, após estatutariamente oficializado Casa dos Açores de Winnipeg, formula e apresenta a necessária candidatura, pretensão aceite após os trâmites habituais e, votada membro efectivo mercê do mérito reconhecido.

Coube à Casa dos Açores do Norte presidir ao Conselho Mundial das Casas dos Açores e, necessariamente, ao plenário da IV Assembleia Geral deste órgão coordenador, reunido no Porto de trinta e um de Maio a três de Junho de dois mil e um, formular e coordenar a integração plena destas instituições.

Com antecedentes firmados na evolução de um grupo folclórico, intérprete e divulgador de música popular açoriana e, posteriormente, creditado numa “associação” de divulgação cultural num Estado do imenso Brasil cuja população iguala os dez milhões de habitantes e, se acredita mais de um milhão ter ascendência açoriana, surge, a



partir do ano de dois mil e dois, a mais jovem Casa dos Açores implantada na diáspora. Ciente da opção, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul emerge do anseio da busca de raízes e valores ancestrais e firma-se na “pátria – diáspora”, volvidas várias gerações de ilhéus-açorianos cujos ascendentes há mais de um quarto de milénio haviam chegado àquelas paragens. O plenário da VI Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas dos Açores, reunido em Ponta Delgada em Junho de dois mil e três, sob a presidência da Casa dos Açores no Algarve, reflecte e confirma a adesão ao seio do Conselho daquela nova e promissora Casa.

Situações menos favoráveis também têm registo. O incumprimento de normas desde sempre vigentes e injustificada ausência de acção ou notícia, consigna ao afastamento do Conselho Mundial, há vários anos, a Casa dos Açores da Califórnia e a Associação Casa dos Açores de Coimbra, ambas também membros fundadores daquele organismo coordenador. Atente-se ainda, por realidade, dois processos de candidatura não evoluídos no sentido positivo, mercê de burocracias menos contemplativas. É de referir, como tal, a Casa dos Açores de Silicon Valley, em fase de comissão instaladora quando da candidatura em dois mil e um e, do mesmo modo em fase de organização, a

Casa dos Açores do Pacífico na qualidade de elemento observador no ano de dois mil e três, visando formalizar a candidatura no ano imediato.

Entenda-se também que o Conselho Mundial das Casas dos Açores optou por estabelecer fiel preponderância na definição de estratégias, tendente a apontar às instituições suas componentes

...o Conselho Mundial das Casas dos Açores optou por estabelecer fiel preponderância na definição de estratégias, tendente a apontar às instituições suas componentes os trajectos mais convenientes à acção útil e eficaz, no intuito de uma integração apropriada nas comunidades onde se posicionam.

os trajectos mais convenientes à acção útil e eficaz, no intuito de uma integração apropriada nas comunidades onde se posicionam. Tal medida reflecte, notoriamente, acções de âmbito comum e acções de especificidade própria, diversificadas e simultaneamente abrangentes, cimentando saudáveis e frutuosas relações a todos os patamares, entre a região de origem e a de acolhimento, objectivo de primordial importância.

Descurar qualquer objectivo não é norma aceite. O Conselho Mundial das Casas dos Açores recomenda às Casas dispersas pela diáspora papéis intervenientes e desempenhos credíveis, na divulgação e concretização de acções de âmbito cultural, social e formativo, em todas as possíveis vertentes, num simultâneo e firme erguer de voz, sempre audível e escutado sob atento e reconhecido respeito.

Em abono da realidade vivida, o Conselho, no complemento do vastíssimo panorama de acção que recomenda às Casas dos Açores, pretende que esta mesma acção não se vincule apenas aos ilhéus-açorianos e seus descendentes, mas que possa ser usufruída por outras comunidades envolventes, seja qual for a sua origem. Este desígnio felizmente tem sido

conseguido nos variadíssimos trabalhos postos em prática ao mais variado âmbito, e é sobremaneira visível na participação que envolve os festejos e culto ao Divino Espírito Santo, evento que no seu misto de pagão e religioso é vivido na vontade da partilha que foi transmitida através dos séculos.

Sempre preponderante na consolidação do organismo que rege e conduz, a Assembleia Geral do Conselho, na sua reunião anual, mantém a constante recusa de não alijar ou tornar de menor importância quaisquer das responsabilidades já assumidas e postas em prática, posicionando-se em simultâneo na contemplação e desenvolvimento de novas prioridades a desenrolar na diáspora, no mútuo benefício das comunidades e da Região Autónoma dos Açores.

Das várias e notórias decisões surgidas nos diversos plenários, destaca-se a vitalidade para o correcto encaminhamento de todo um trabalho de bom grado contínuo, activo e de adequada abrangência.

Contemplar individualidade ou entidade colectiva que se tenha distinguido com relevantes serviços em prol da Região Autónoma dos Açores ou dos açorianos, na zona de influência de cada Casa, traduz outro atento objectivo, perante o qual, a Medalha de Mérito do Conselho Mundial das Casas dos Açores visa homenagear, em cada ano, no âmbito dos trabalhos da respectiva assembleia geral, personalidade ou entidade colectiva para tal designada.

Interveniente, a Casa dos Açores do Norte solicita ao Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores o patrocínio da edição da Medalha de Mérito, solicitação de imediato considerada e prontamente atendida. É a CAN, no decorrer da IV Assembleia Geral do Conselho que, pela primeira vez no historial deste organismo, atribui tão prestigiante distinção.

Materializada apenas a partir de dois mil e um, a Medalha de Mérito é, porém, atribuída com efeitos retroactivos nos anos de mil novecentos e noventa e nove e dois mil e, desde então, na normal e regulamentada rotatividade da presidência do Conselho, conforme se designa: 1999 – escritor Pedro da Silveira, Casa dos Açores de Lisboa; 2000 – João da Mota, Casa dos Açores do Quebeque; 2001 – Médicos e professores universitários Alexandre Linhares Furtado e João Costa (este a título póstumo), Casa dos Açores do Norte; 2002 – Dr. Paulo Bonfim e Leonilda Jacob, Casa dos Açores de S. Paulo; 2003 – poeta Emanuel Félix (cerimónia decorrida nos Açores), Casa dos Açores no



Algarve; 2004 – Conselheiro João Luís Morgado Pacheco e Grupo Amigos da Terceira, Casa dos Açores da Nova Inglaterra; 2005 – Professor Doutor José Carlos Teixeira, Casa dos Açores de Winnipeg; 2006 – Dra. Alzira Maria Serpa Silva, Professora Emília Isaura Soares de Mendonça e Instituto Açoriano de Cultura, Direcção Regional das Comunidades.

Promover em todo o mundo um produto genuinamente açoriano é outra das muitas atribuições que o organismo coordenador com especial atenção e esmerado cuidado designa e labora anualmente. Tal distinção pondera e exige a garantia de qualidade plena a testemunhar o prestígio da origem.

Convém referir que geograficamente o Conselho Mundial das Casas dos Açores abrange a Europa e a América e nestes dois continentes coordena em simultâneo onze instituições. Dessas, posicionam-se três no espaço físico de Portugal Continental, nomeadamente a Casa dos Açores de Lisboa sediada na capital do país, a Casa dos Açores do Norte com sede no Porto e a Casa dos Açores no Algarve que tem na cidade de Faro a respectiva sede. No Canadá exercem o seu mister as Casas dos Açores do Quebeque, Ontário e Winnipeg

sediadas respectivamente em Montreal, Toronto e Winnipeg. Quanto ao Brasil quatro instituições desenvolvem trabalho notável na diáspora, designadamente as Casas dos Açores do Rio de Janeiro, São Paulo, Ilha de Santa Catarina e do Estado Rio Grande do Sul. Nos Estados Unidos apenas a Casa dos Açores da Nova Inglaterra, instalada na nova sede em East Providence,

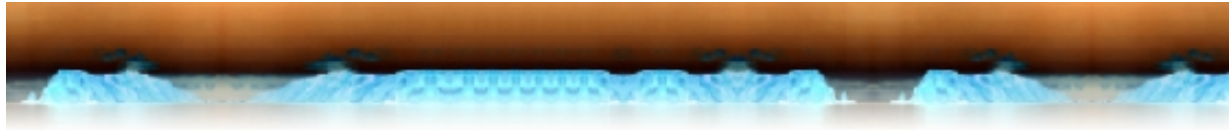
Promover em todo o mundo um produto genuinamente açoriano é outra das muitas atribuições que o organismo coordenador com especial atenção e esmerado cuidado designa e labora anualmente. Tal distinção pondera e exige a garantia de qualidade plena a testemunhar o prestígio da origem.

assegura a vivência açórica na sua vasta zona de influência. Destas, como referência actual estabelecida, as Casas dos Açores de Lisboa, Rio de Janeiro, Quebeque, Norte (Porto), São Paulo, Toronto, Nova Inglaterra e Algarve assumem a responsabilidade de membros fundadores deste organismo coordenador.

O Conselho Mundial das Casas dos Açores no firme desígnio de “reforçar o papel das Casas dos Açores naquilo que são os seus objectivos comuns, designadamente no que representam de serviço às comunidades, na dignificação do seu nome e da Região, como agentes divulgadores e defensores dos valores e interesses dos Açores”, firma o abraço envolvente e emotivo que a diáspora e a Região Autónoma dos Açores no dia a dia protagonizam.

RUBEN SANTOS

Presidente da Casa dos Açores no Algarve



HÁ QUE TER UMA VOZ! A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS NOSSAS COMUNIDADES

Cheguei à conclusão que a política é um assunto demasiado sério para ficar nas mãos dos políticos

Charles de Gaulle (1890-1970)

A epígrafe é paradigmática da importância, cada vez mais relevante, do mundo da política nas vidas dos cidadãos. Num processo democrático, seja ele em Portugal, nos Estados Unidos, no Canadá ou em qualquer outro país soberano onde o povo tem, teoricamente, uma voz, a participação activa do cidadão comum é imperiosa. Com o jogo político em países como os Estados Unidos da América extremamente marcado pelas influências do grande capital, que quotidianamente compra políticos, quer com ofertas extremamente generosas – e aqui estou recordado do auto-colante que há dias comprei em Berkeley, que dizia: *investe na América, compra um político*. Quer na aquisição de votos, através das constantes campanhas de propaganda, à qual damos o eufemismo de “publicidade política”, torna-se imperatório, num sistema destes (o sistema para o qual caminham todas as democracias) não só o voto consciente e elucidado dos cidadãos, mas também a sua participação no processo eleitoral, especialmente nas campanhas dos candidatos e em referendos que afectam directamente as nossas comunidades. Embora seja cliché, porque tem sido utilizado ao ponto de exaustão, a realidade é que não podemos deixar os destinos das nossas comunidades em mãos alheias. Com a nossa inevitável assimilação nas sociedades onde vivemos, há que penetrar, activamente, na vida política desses mesmos países.

Se todo o homem não passa dum bicho político como afirmou Aristóteles, os emigrantes açorianos e seus descendentes no continente norte-americano terão de, pouco a pouco, enfrentar a realidade das sociedades onde escolheram viver e começar a participar nos destinos dessas nações. A apatia dos últimos 40 para 50 anos terá de ser rompida e necessitamos formar ligações que unam os açor-americanos em campanha que nos leve a ter outra voz nesses mosaicos humanos onde refazemos as nossas vidas. E creio que o nosso movimento associativo tem uma palavra muito importante nesse capítulo. Mais uma vez o nosso associativismo poderá ser a tal força catalisadora que congregue os emigrantes e seus descendentes à volta de uma causa, que os faça despertar para os efeitos positivos de sermos politicamente infatigáveis.



Existe uma amálgama de configurações que podem levar as nossas associações a ter uma outra palavra nas decisões que afectam a zona, o estado e o país onde vivem. É que as associações, normalmente, representam centenas de votantes, mas raramente utilizam esse privilégio para se movimentarem no campo político. Porque se é certo que temos uma grande percentagem de emigrantes que saiu dos Açores sem qualquer cultura política, não é menos correcto que, depois das campanhas discriminatórias de vários países de acolhimento, o caso concreto dos Estados Unidos, muitos emigrantes têm optado pela aquisição da cidadania americana, tornando-nos numa fonte de poder

é urgente que se tenha uma grande dose de pragmatismo e que se faça um trabalho de fundo junto do nosso movimento associativo para que haja uma maior participação das nossas comunidades no processo político dos países de acolhimento

(relativo, claro, mas de poder) porque possuidores da cidadania americana, sem perderem a portuguesa, claro – detemos, utilizando um termo bélico, a chamada “arma do voto”.

Seguem-se, portanto, algumas meras sugestões para que as nossas associações culturais e sociais possam, dentro do sistema dos países de acolhimento, trabalhar em prol de uma cidadania participativa.

1º. Para que as nossas comunidades atinjam outro patamar nas vivências da sociedade americana, há que instituir programas de cidadania. Isto é: as associações terão de providenciar as suas estruturas físicas e humanas e, simultaneamente, informar o meio onde vivem que esse processo está a desenrolar-se. São inúmeras as vezes que nós fazemos actividades interessantes no meio comunitário, e as mesmas ficam totalmente despercebidas pelo mundo que nos rodeia. Um político, qualquer político, minimamente atento nos Estados Unidos, ficará extremamente interessado numa associação que desenvolve programas de cidadania.

2º Após o passo abecedário da cidadania há que recensear as nossas comunidades. Aqui o papel do nosso associativismo é fundamental. Primeiro são os próprios membros que podem e devem ser encorajados a recensearem-se. E há muitas formas de o fazer. Desde um simples cartão de recenseamento enviado junto com as cotas, até uma mesa de recenseamento nas actividades sociais das nossas associações. A promoção de semanas de recenseamento com panfletos enviados às entidades políticas das zonas onde as associações estão inseridas, para que saibam que há um novo interesse na promoção de uma cidadania participativa.

3º Promover sessões de esclarecimento, especialmente perto das eleições. Todos os candidatos, para todos os cargos, e mais concretamente para os cargos locais, estão disponíveis para participarem em sessões de elucidação. A organização que convidar os candidatos a tais fóruns será, indubitavelmente, a que receberá maior atenção dos políticos. Isso já acontece com alguns projectos-piloto. E se a língua foi barreira em tempos de outrora, não é o caso. Praticamente todas as associações possuem gente que domina o inglês. Mais, estas sessões de esclarecimento, se forem abertas a todas as etnicidades, através de “notas da imprensa” para a comunicação social em língua inglesa terá outro impacto. Fará algum mal às nossas associações serem inovadoras e abrirem-se a todos os grupos que coabitam o multiculturalismo americano?

4º Encorajar os jovens a participarem no processo político. Criando espaços de debate e reflexão, mesmo para os menores de 18 anos, tentando inculcar-lhes o desejo, e até mesmo a necessidade, de serem cidadãos participativos e incentivando-os para se envolverem directamente nas campanhas políticas. É que todos os candidatos precisam de voluntários que lhes coloquem cartazes, distribuam panfletos, façam telefonemas, etc.

5º Promover sessões de esclarecimento sobre as plataformas eleitorais dos próprios candidatos e partidos, assim como instruir os votantes acerca das múltiplas leis em referendo e as suas consequências nas vidas dos cidadãos.

6º Incentivar os membros a votarem nos dias dos actos eleitorais com cartões ou telefonemas, pedindo-lhes que sejam activos e que exerçam os seus deveres cívicos, como faz o Portuguese-American Voter Project, dirigido por Jim McGlinchy com o apoio da FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. .

7º Encorajar elementos das nossas associações a concorrerem a cargos políticos, especialmente a nível local. Há uma grande necessidade de termos outra representatividade, particularmente nas comissões locais e regionais, nos

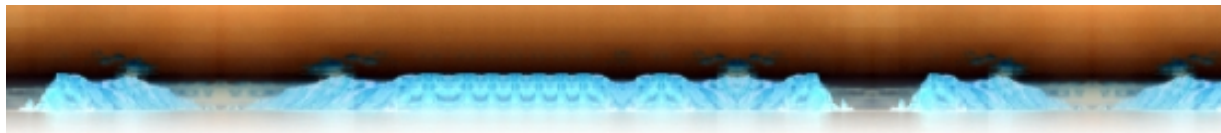
distritos escolares, nas Câmaras Municipais, e nas Assembleias Estatais.

Em jeito de conclusão, dir-se-á que é urgente que se tenha uma grande dose de pragmatismo e que se faça um trabalho de fundo junto do nosso movimento associativo para que haja uma maior participação das nossas comunidades no processo político dos países de acolhimento, e neste caso específico, nos Estados Unidos da América. Esse esforço terá que ser multilateral, e terá que ter a compreensão e o investimento dos Açores, porque é de todo o interesse dos Açores que as nossas associações tenham, finalmente esse peso político, essa presença no “mainstream” americano. É que, com um plano ambicioso, detalhado, compreendido e aceite pelo nosso movimento associativo, teremos ainda muitos frutos a recolher. É que para muitas das nossas associações, tal como disse Albert Einstein: *a política é mais difícil do que a física.*

DINIZ BORGES

Conselheiro das Comunidades Portuguesas





O PASSADO COMO PASSAPORTE DO FUTURO

Da Amazônia ao Nordeste, das Minas Gerais aos demais estados do sudeste, de São Paulo ao sul, com destaque Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as raízes açorianas estão ofertadas aos leitores em livros que vêm ganhando espaços nas livrarias, nas casas das famílias, nas instituições culturais e nas bibliotecas das capitais e de muitas pequenas comunidades.

Tratar do passado, de nossos ancestrais, dos que nos antecederam, das raízes que nos dão sustentação no presente é mais que um desafio. É um convite ao reconhecimento de quem somos, como aqui chegamos, do que recebemos e, sobretudo, dar-se conta do que fizemos e estamos realizando para seguir a viagem no tempo. Se a perspectiva é legar ao futuro uma herança sólida, sem risco de perda, o passaporte desta viagem necessariamente é portador de registros que a memória não deve e nem pode apagar. Afinal eles nos identificam, são pistas e sinais identitários da nossa condição de ser: sujeitos do tempo nos diferentes espaços, ainda que distantes, mas muito perto pela origem comum, pelo elo que não ficou e nem está perdido. Mais que vivas, as lembranças dos fazeres e dos dizeres daqueles que vieram antes de nós, devem ser conservadas, ou seja, preservadas não para diletantismo, mas como bens que expressam a condição humana das comunidades atuais, quer onde elas estejam situadas. O que importa é resgatá-las, identificá-las e dar-lhes a condição de suporte à trajetória a ser seguida. Entretanto, este olhar e esta posição, ainda que não unânime para todos, é uma realidade em crescimento e destaque na atualidade.

A atitude humana exteriorizada até cerca de meio século atrás, ante o legado das experiências sociais, revelava



uma atitude com relação ao passado, como produção simbólica e material, dissociada de significação coletiva. Seria de se perguntar: porque essa herança, sua história, enfim, não era percebida como elemento fundante e constitutivo de comunidades há muito emergentes?

A resposta pode ser encaminhada no tocante ao debate que se desenvolveu em torno do peso e do nulo significado que tem o passado e de seus registros diante daquilo que constitui o moderno e a modernidade. A busca do novo solapou o acontecido, referido apenas como testemunho de um passado superado.

Entretanto em tempo recente, as dimensões culturais da existência dos grupos sociais, demarcados por características comuns, têm sido dimensionadas como um verdadeiro patrimônio. Ou seja, nessa perspectiva, a experiência coletiva e pessoal do presente, que vai se constituindo passado, deve ser remetida para o futuro, como um processo enfeixado por significados sociais. Assim posto “a identidade com o passado” não se reconhece como sentimento de perda, e sim de legado. Nestas condições, a história não é uma forma de conhecimento, e sim um “chão de enraizamento”. Justamente essa é a percepção que se vislumbra ao dimensionar o espírito que palpita nas comunidades açorianas dispersas espacialmente, mas unívocas, histórica e culturalmente.

De fato, remetendo o olhar prospectivo sobre o presente é sobranceiro constatar que os açorianos, quais andarilhos do tempo, deitaram raízes em múltiplos lugares no espaço planetário e se puseram a fazer suas vidas junto aos grupos sociais com os quais passaram a estabelecer relações indeléveis e pontuais. Como nunca dantes, na atualidade, a noção de pertencimento aos Açores passou a ser um dado, um fato, um fundamento e um passaporte para o futuro de cada família e comunidade, assentada ou redimensionada pela presença de açorianos em sua base social. Se antes o silêncio ou o disfarce escondia a sua origem, a construção de um outro horizonte e um outro paradigma passou a nortear os laços e a criar sociabilidades que movimentam os grupos e os fazem próximos, a ponto de moverem-se ações intregadoras inusitadas.

No presente, a origem açoriana palpita em todos os continentes. A memória fala, a lembrança aguça, a recordação palpita e o passado se refaz. Emergente, a origem passou a ter um valor simbólico carregado do sentimento de “fazer parte”, de ser constitutivo e de recomposição dos elos dispersos “mar afora”.

Os vestígios do passado, na última década com maior força e visibilidade, vêm sendo escavados nos arquivos pessoais e familiares, bem como nos públicos e privados. Esta ação animada por muitos se corporifica como dimensão fundamental de cidadania, eixo fundamental e direito inalienável da condição humana. Em se tratando dos açorianos, essa dimensão ganha notoriedade, face sua especificidade histórica.

Esparramados pelas brumas do mar que pontilharam muitas terras, notadamente ao longo dos séculos XVIII a XX, ilhéus açorianos realizaram a diáspora e passaram a constituir uma comunidade internacional. Desafiados sim, muitos emigraram, tangidos pela alma partida, em busca de trabalho, de meios concretos de sobrevivência, para além mar, a sangrar horizontes, na expectativa de encontros e de reencontros. Foi a saída. Por onde ancoraram, suas marcas, sua herança cultural buscou espaço, apesar de reveses. Essa história e suas particularidades, captada não só no aparente tem sido buscada com vivo e incessante interesse pelos próprios emigrados na contemporaneidade, como pelos descendentes daqueles que há mais tempo partiram para outras plagas. Qual surto, como uma “epidemia”, alastrou-se a busca pela origem de base açoriana, com vigor tal que a genealogia ganhou espaço e dimensão como nunca dantes. A pergunta a ser feita é: por que esse interesse? Por que essa busca? Por que esse resgate de origens?

A resposta pode ser encaminhada por alguns caminhos. Com certeza, uma resposta a ser dada é: *para sabermos quem somos*. Afinal, ninguém ama o que não conhece. Ninguém reconhece o que não conhece. E ninguém proclama, o que não sabe.

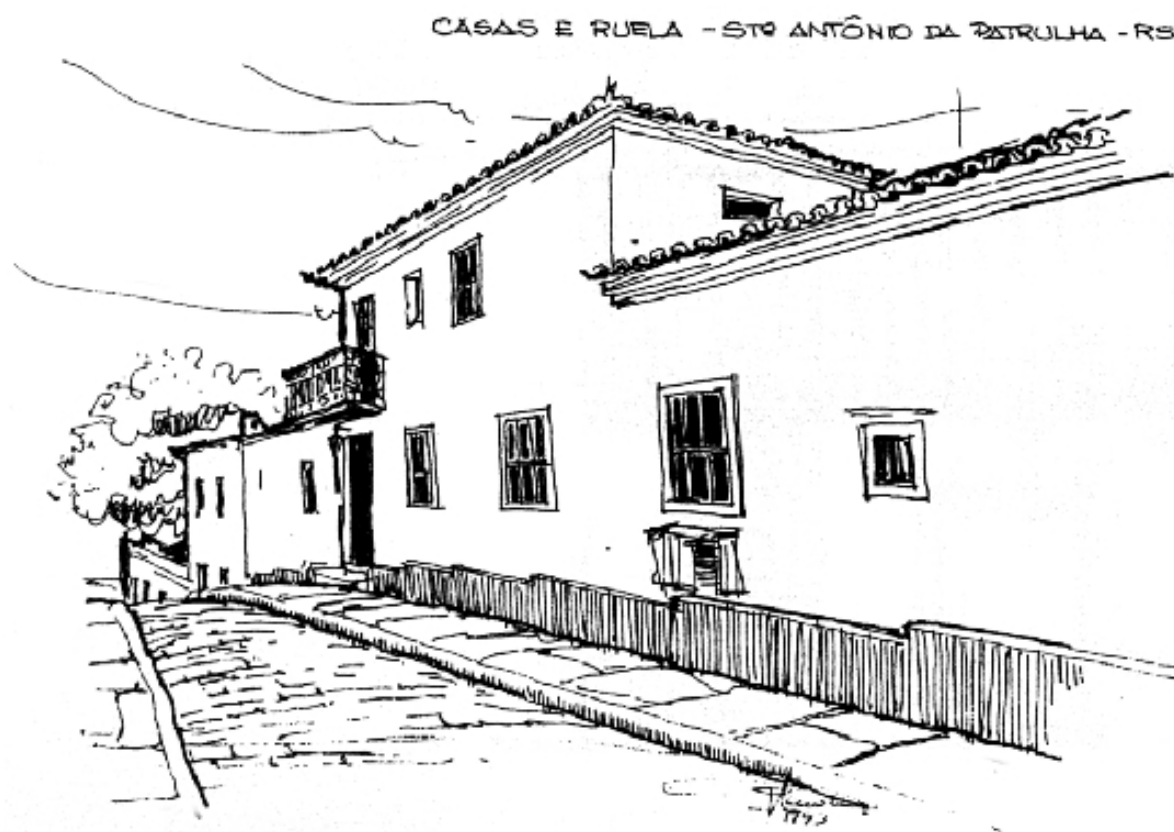
Sabemos sim, que o Atlântico separa continentes, mas ata, une e interliga vivências e realidades da geografia da fala portuguesa, em particular dos açorianos. E a busca de concretização de seus projetos de vida, além das ilhas, pôde e pode tomar rumo sadio e permeado de alegria de estar no mundo, e da compreensão porque e para que nele está, na medida do respeito ao que trouxe do berço, ao que carregou consigo como marcas de sua identidade. Eis que por aí se dimensiona uma outra reposta à pergunta anunciada – por que esse incessante apelo às raízes, ao reconhecimento de si, como pilar para a situação de caminho certo a ser trilhado e perseguido com a consciência de cidadania?

Em tempos de globalização e do avanço neoliberal, um dos dilemas da condição humana e cidadã é o de se

colocar diante da questão da identidade e do multiculturalismo. Se antes o moderno poderia vir a ser um risco à preservação do passado, agora o pós-moderno se põe como um gigante ameaçador da manutenção dos alicerces fundadores dos sujeitos e de sua idiossincrasia. Com a nova ordem mundial, o individualismo e o pluralismo reforçados, têm por base importantes mudanças ocorridas no campo tecnológico e do trabalho. Com a transnacionalização do capital no presente, a resistência tangencia a valorização do local e do específico, em contraponto à expansão do global em várias áreas. A saída buscada face o questionamento do *status quo* tem sido a valorização de vivências culturais localizadas, ligando as pessoas às suas comunidades, aos micro-espacos, onde buscam cultivar o *ethos*. Com as experiências de vida respeitadas, e de laços de parentesco reconhecidos e estreitados, se preserva a memória coletiva, bem extremamente caro aos que buscam edificar o futuro na perspectiva do reconhecimento de si, em resistência ao processo de alienação imposto pelo sistema atual que busca hegemonizar a sociedade mundial. Dito de outra forma, o projeto neoliberal vigente busca sua realização e consolidação através de alguns mecanismos, dentre os quais, um deles importante e com função ideológica, é o de apagar a memória coletiva e de sonegar o entendimento de quem somos, assim como a compreensão de nossa “cara cultural”.

Eis que se destaca aqui como importante e extremamente relevante o processo de aproximação das pessoas, das famílias e das comunidades que têm um fio que as interliga. Esse fio com muitas pontas, puxado de diferentes lugares, parte de um universo sociocultural aqui focalizado – o do arquipélago dos Açores – que tem sido internalizado mundialmente com vigor e respeito, potencializando a açorianidade como um fenômeno mundial. Esse é o entendimento de quem tem acompanhado o entrecruzamento de sujeitos em busca de suas origens, da identificação dos nomes de seus antepassados, do reconhecimento de seus parentes vindos do além-mar e sobretudo, ouvir dizer com fervor, da sua origem portuguesa situada nas ilhas dos Açores.

No Brasil, um país multiétnico, onde alguns se impõem com mais evidência, tem chamado à atenção de muitos, o crescente interesse e movimento de pesquisa genealógica voltada à origem açoriana. Nos arquivos, com documentação em diferentes suportes, e na mídia, onde sites oferecem respostas às perguntas ao passado, o número



de consulentes se agigantou, especialmente nos últimos dez anos. Da Amazônia ao Nordeste, das Minas Gerais aos demais estados do sudeste, de São Paulo ao sul, com destaque Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as raízes açorianas estão ofertadas aos leitores em livros que vêm ganhando espaços nas livrarias, nas casas das famílias, nas instituições culturais e nas bibliotecas das capitais e de muitas pequenas comunidades. Igualmente, equipes de pesquisas têm se constituído, assim como grupos se formaram para reviverem danças, cantarem e poetarem a açorianidade. Como realidade mais próxima, em nosso estado, situado no extremo-sul do Brasil, a Casa dos Açores e o Instituto Cultural Português têm articulado ações de preservação da memória coletiva de base açoriana. Paralelamente, genealogistas têm ganhado guarida no seio local, com destaque o *Memorial Açoriano* em mais de 50 volumes, fruto da pertinácia do pesquisador Luiz Antônio Alves, trabalho arguto realizado com a colaboração de sua esposa Sandra Alves.

Para esse panorama alvissareiro e postura de reconhecimento de pertença açoriana, inegavelmente a atitude adotada por parte do Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional das Comunidades, de procurar e localizar os que partiram das ilhas no passado mais distante ou mais recente, aliado à adoção de políticas culturais de aproximação intercontinentais com os “seus”, também “nossos”, é de vital relevância e portador de significado singular. Ou seja, um governo que promove a economia e outras frentes de administração da sociedade insular, e que igualmente se preocupa com os que emigraram é de fato louvável, pois denota respeito ao cidadão integral, numa perspectiva holística, diriam os latino-americanos. Por conseqüência, a recolha dos frutos colhidos da sementeira realizada por diferentes atores nessa empreitada, permite concluir na emergência do século XXI, que o futuro é alvissareiro, já no presente, pois o passado como passaporte faz emergir a solidária irmanação que aproxima comunidades, promove a cultura da fraternidade e o respeito à história de tantos que por séculos ficaram esquecidos. Ao dar-se voz ao passado, como experiência coletiva e multifacetada, e valorizar a cultura, enquanto manifestação material e imaterial da realidade social, como um bem que deve ser cuidado e preservado, transita a certeza de que um futuro mais humano e fraterno está por vir através da atuação consciente dos que irão assumir a tarefa em questão a ser empreendida.

A propósito, nessa direção Walter Benjamim destaca que: “Quem não pode lembrar o passado, não pode sonhar o futuro e, portanto, não pode julgar o presente.”

Com esta bagagem na mão, a viagem continua. Mas antes de “andarILHAr”, a palavra final é dada ao historiador gaúcho Francisco Riopardense de Macedo, que durante bom tempo pesquisou sobre a história e a cultura açorianas nas Ilhas, onde esteve por muitos meses compulsando documentos e ouvindo a muitos, do que resultaram interessantes trabalhos acerca do papel dos açorianos na formação do Rio Grande do Sul. Na 4ª página da capa do livro intitulado *Açorianos no Brasil*, editado por Frei Rovílio Costa (Edições EST), Riopardense de Macedo faz um convite para a leitura da obra, cujas palavras e significado transcendem as suas mais de mil páginas, e que por isso são aqui retomadas, por exatamente corresponder ao espírito deste trabalho. Ele escreveu assim:

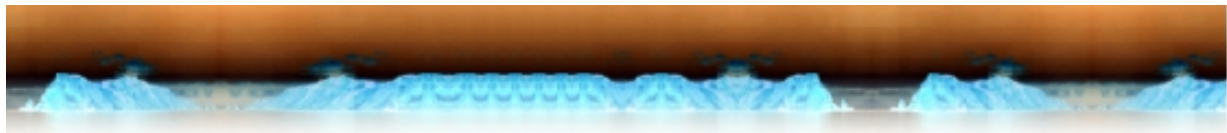
“Precisamos ampliar o tempo e espaço para entendermos o mais geral. Crônicas, narrativas e registros formam fundos que nos transportam a um processo social. Vários séculos e espaços vazios, estão contidos nesta coleção. Os sucessos são uma seqüência, que a maioria dos leitores encontram no seu vizinho, no seu passado, e, por certo, no seu futuro também.

Do Amazonas ao Prata, todos se juntam trabalhando, colhendo e vivendo, há mais de quatrocentos anos. Uma visão de muitos, para explicar a relação dos Açores ilhéus, com os Açores do mundo.”

Uma boa andarILHAgem a todos!

VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO

Historiadora da Casa dos Açores do Rio Grande do Sul



A COMUNIDADE AÇOR-AMERICANA E A UNIVERSIDADE

A presença portuguesa nas universidades americanas foi, durante muitas décadas, quase só açoriana.

Não consigo livrar-me de uma certa esquizofrenia quando tenho de abordar a questão do relacionamento das comunidades açor-americanas com a universidade. Poderia ser mais moderado comigo próprio e classificar de *gestalt* o meu saltitar entre duas perspectivas: uma, a que reconhece sermos uma emigração ainda relativamente recente nos Estados Unidos (pelo menos na sua maior vaga), quando comparada com outros grupos étnicos, e por isso o processo de integração segue necessariamente os seus passos; a outra, lembra-se de uma presença histórica que atinge já os duzentos anos e deveria ser, a vários níveis, mais notória, mesmo quando é sabido que nas vagas anteriores à grande corrente imigratória a partir da década de sessenta era comum americanizar-se o nome e por isso muitos açorianos se terão perdido no labirinto dos apelidos nacionais e nacionalizados.

Este texto, solicitado expressamente para esta revista, vai urdido sem estatísticas. As existentes não são muito animadoras. Há-as para a população do Sudeste de Massachusetts, considerada uma região “deprimida” dado o baixo índice de escolaridade dos seus habitantes¹. Mas as estatísticas servem também para mentir. Já Benjamin Disraeli dizia que *há lies, damn lies and statistics*, e o meu velho e querido professor Monsenhor Machado Lourenço dizia que um homem come dois pães e o outro não come nada, e todavia as estatísticas depois garantem que cada qual comeu um. Os dados coligidos no estudo acima mencionado englobam dezenas de milhares de emigrantes portugueses que tiveram acesso à escolaridade possível na altura: três, quando muito quatro anos. Só isso basta para baixar em muito a média da região onde agora vivem.

A verdade, infelizmente, continua a perseguir-nos porque grande parte dessas famílias não tem pela escolaridade o apreço que tradicionalmente ela exhibe neste país e até tem também hoje mesmo no nosso país de origem. De qualquer modo, muitas indústrias da chamada terceira revolução industrial (a informática, por exemplo) evitam instalar-se na área por falta de gente devidamente qualificada. Daí que muitos dos alunos formados nas universidades do Sudeste de Massachusetts acabem saindo para procurar emprego em regiões mais dinâmicas e promissoras. Também não existem estatísticas sobre a presença portuguesa nas universidades. Todos os anos, aquando das formaturas (*graduations*), os jornais publicam as listas dos recém-formados e dou-me ao cuidado de calcular percentagens. Exceptuada a significativa presença de nomes portugueses (não é possível distinguir se continentais ou açorianos) na University of Massachusetts Dartmouth e no Bristol Community College, em Fall River, e Rhode Island College, em Providence, a presença nas outras universidades é quase esporádica. Nas universidades particulares, apenas o Providence College, em Providence, Rhode Island, e o Boston College, em Massachusetts, por serem instituições católicas, têm uma presença mais notória de alunos nossos. Por outro lado – acrescente-se – é sempre possível encontrar-se nomes portugueses isolados por quase todas as universidades do país.

¹ Veja-se o estudo coordenado por Clyde Barrow, *Education and Ethnicity in Southeastern Massachusetts II: 1980-2000*, do Center for Policy Analysis, University of Massachusetts Dartmouth, 2005: <http://www.portstudies.umassd.edu/Activities/Portuguese%20and%20Education.pdf>

Neste sucinto texto, vou limitar-me a listar açorianos ou descendentes doutorados que fazem (ou já fizeram) parte dos quadros de universidades². O elenco é, de certeza absoluta, muito incompleto, mas foi construído com a ajuda de alguns colegas espalhados pela Nova Inglaterra e Canadá (incluirei também dados sobre o Canadá), embora a responsabilidade das falhas seja apenas minha³.

A presença portuguesa nas universidades americanas foi, durante muitas décadas, quase só açoriana. Desde os falecidos Francis Rogers (ex-Rosa), na Universidade de Harvard, de ascendência faialense e em parte irlandesa; Manoel Cardozo, de origem picoense e Professor de História na Catholic University of America; até Mary T. Vermette, aluna de Rogers, que na verdade nunca teve uma filiação universitária permanente, outros açorianos e descendentes de açorianos estão hoje aposentados após uma carreira universitária. Entre eles: Nathan Oliveira, pintor de reputação internacional e durante muitos anos Professor de Artes Visuais na Stanford University; Ronald W. Sousa, Professor de Estudos Portugueses na University of Minnesota e depois na University of Illinois, Chicago; Gilbert Cavaco, Professor de Português no Providence College; Jerry R. Williams, Professor de Geografia na California State University Chico; Thomas Braga, Professor de Línguas Modernas na State University of New York, Plattsburgh; João P. Botelho, Professor de Estudos Bilingues no Rhode Island College; Antone Felix, Professor de Português na Southeastern Massachusetts University, bem como o Heraldo Gregório da Silva, Professor de Português na California State University, San Jose; Ramiro Dutra, Professor de Ciências Alimentares na California State University Pomona, e Fernando Silva, que leccionou durante alguns anos na University of California Berkeley. Seria injusto não referir aqui três não açorianos que nas suas distintas carreiras académicas muito fizeram pelos Açores: Eduardo Mayone Dias, de Lisboa, na University of California Los Angeles; Donald Warrin, na California State University Hayward, e neste momento ainda associado à University of California Berkeley; e George Monteiro, filho de continentais, Professor na Brown University.

Entre os descendentes de açorianos ainda em actividade, temos Francis Dutra, Professor de História na University of California Santa Barbara; Rita Marinho, Professora de Ciências Políticas, primeiro na University of Massachusetts Dartmouth e agora Decana na Towson University (Maryland); Ernest Moniz, Professor de Física no MIT; David James Silva, Professor e director do Departamento de Linguística e TESOL da University of Texas at Arlington; Debbie Ávila, Assistente no Departamento de Línguas Clássicas e Modernas da California State University Fresno; Frank Gaspar, escritor e Professor de Inglês e Escrita Criativa no Long Beach City College e na Antioch University; Katherine Vaz, presentemente Leitora na Departamento de Inglês e Literatura Americana, Harvard University; Geoffrey Gomes, Professor de Línguas Modernas no Chabot College; Stephen Cabral, antropólogo doutorado na Brown University e que tem leccionado em várias universidades de Rhode Island e Massachusetts; e o caso idêntico de Miguel Moniz, presentemente no ISCTE, em Lisboa.

Dos nascidos nos Açores: Manuel da Costa Fontes, Professor de Estudos Hispânicos na Kent State University, Ohio; Francisco Cota Fagundes, Professor de Literatura Portuguesa na University of Massachusetts, Amherst; António H. Costa, Decano da Faculdade de Engenharia na University of Massachusetts Dartmouth; Elmano Costa, Professor de Ciências Pedagógicas na California State University Stanislaus; Maria de Lourdes Serpa, Professora de Educação no Leslie University; Maria Pacheco, Assistente de Ciências Pedagógicas na Brown University; Maria Angelina Duarte, Professora de Português na University of Iowa; Frank Sousa, Professor de Português na University of Massachusetts Dartmouth; Isabel Rodrigues, Professora de Antropologia na University of Massachusetts Dartmouth; Duarte Silva, Director do California Foreign Language Project na School of Education, Stanford University; José Francisco Costa, Professor de Português no Bristol Community College, Fall River, Massachusetts;

² A lista aqui elaborada é de imigrantes, não incluindo açorianos que tenham vindo para os EUA fazer doutoramento.

³ Por não ter sido possível obter dados sobre os títulos académicos exactos de cada caso, evitei a distinção entre Professor Catedrático (*Full Professor*) e Professor Associado. Mantive a designação de Professor Assistente quando apropriada. No entanto, em vários casos o título de Professor usado deveria, para ser exacto, escrito com “p” minúsculo, significando apenas uma nomeação como instrutor que pode ter diversos graus sem implicar uma integração no quadro (com agregação, ou *tenure*). No entanto achei que isso seria um pormenor demasiado pedante da minha parte e por isso ignorei o registo.

Dulce Maria Scott, Professora de Sociologia na Anderson University (Indiana); Jaime Silva, Professor de Português durante vários anos na Universidade do Porto Rico⁴; Paulo Pacheco, Professor de Medicina na Cornell University – New York Medical School.

No Canadá: Jose Morais, Assistente na Faculdade de Medicina da McGill University; Elvino de Sousa, Professor de Biologia na University of Toronto; Luis Gabriel Melo, Professor de Fisiologia e Medicina na Queens University in Kingston; Luis Aguiar, Professor de Sociologia na Okanagan University College University of British Columbia; José Carlos Teixeira, Assistente de Geografia na Okanagan University College University of British Columbia; Irene Maria F. Blayer, Professora de Linguística Românica na Brock University.

Por dificuldade de recolha de elementos, não me é possível elaborar uma lista de ex-emigrantes açorianos doutorados e agora em Portugal. Entre eles contam-se, por exemplo, os Professores da Universidade dos Açores: Mariano Teixeira Alves, Adelaide Freitas, ambos aposentados, e Ermelindo Peixoto. Por outro lado, a elaboração de uma lista da comunidade açoriana ligada à Universidade complica-se em vista da diversidade de situações. Há não-doutorados que leccionam, ou leccionaram, em universidades, como acontece com Lisa Godinho, que foi doutoranda na Harvard e ensinou na Universidade do Porto Rico; Vamberto Freitas, que estudou na California State University Fullerton e é agora docente a tempo inteiro na Universidade dos Açores; ou Diniz Borges, que lecciona a tempo inteiro no Tulare High School e a tempo parcial no College of Sequoias. Há, por sua vez, doutorados cuja vida profissional decorreu, ou decorre, fora das universidades. Adalino Cabral e Manuel S. Leal são alguns dos nomes que me ocorrem. Existem outras situações que complexificam esta recolha de dados, pois há doutorados que não fizeram carreira universitária mas que, na aposentação, leccionam a tempo parcial em universidades, nomeadamente Caetano Valadão Serpa, leitor de Português na University of Massachusetts Boston, e José Figueiredo, idem na Boston University; bem como Odete Amarelo, ainda em funções a tempo inteiro no ensino secundário, mas a leccionar também no Bristol Community College e ocasionalmente na University of Massachusetts Dartmouth. Para levar mais longe esta amostra de complexidade, haveria ainda a considerar os filhos de açorianos, como Leonor Simas-Almeida, natural de Lisboa mas de mãe açoriana, e que é Professora de Literatura Portuguesa na Brown University.

Estou mais do que convencido das limitações desta incompleta lista pois, à medida que a fui preparando, foram-se-me ocorrendo nomes por mim incrivelmente esquecidos, facto que me convence existirem mais do que teria sido minha obrigação lembrar-me. Além disso, haverá certamente muitos outros perdidos no seio imenso do território americano e que de vez em quando inesperadamente surgem, como aconteceu recentemente com o Nobel da Medicina de 2006, o Dr. Craig Mello. Não só emergiu esse nome português (de ascendência açoriana – Maia, S. Miguel), como com ele veio toda uma família, pois já o pai, Dr. Jim Mello, licenciado na Brown, é doutorado em Paleontologia pela Yale University⁵ e até três dos seus filhos, incluindo o laureado Craig, foram alunos na Brown University quando eu nela já era professor, sem que tivesse dado por eles, visto nunca se terem identificado como de ascendência lusa. Na verdade, aparecem sempre alguns nomes portugueses na lista telefónica da Brown e no *Alumni Directory*, como ressaltam de vez em quando noutras universidades. Alguns podem ser hispânicos e nunca se sabe ao certo a terra de origem desses portugueses ou descendentes, a não ser em casos como o acima apontado do prémio Nobel que a comunicação social se encarregou de investigar⁶.

O caso não é único, se bem que de dimensão singular. Na mesma semana em que foi catapultado para a cena pública o Nobel Craig Mello, fui contactado por uma nova Assistente de Matemática Aplicada na Brown. Com um nome nada português, Suzanne Sindi, é filha de mãe terceirense.

⁴ Não me foi possível saber se e onde lecciona actualmente.

⁵ Trabalhou durante muitos anos na Smithsonian Institution em Washington, DC.

⁶ No caso da família Mello, porque na revista dos antigos alunos da Brown, a *Brown Alumni Monthly*, encontrei o endereço electrónico do Dr. Jim Mello, pai de Craig Mello, escrevi-lhe a pedir para a revista *Gávea-Brown* uma nota memorialista sobre a família. Ele foi prestimoso e enviou-ma quase de seguida. Ela sairá no próximo número daquela revista de Letras e Estudos Luso-Americanos.

Este mini-balanço das presenças universitárias açorianas limita-se aos doutorados. A lista seria incomparavelmente mais longa se passássemos a mestres e licenciados. De novo aí, embora uma bicentenária história açoriana nos Estados Unidos devesse ter produzido muito mais, os números não são de todo despiçendos. Não é infrequente descobrirem-se sobrenomes portugueses de licenciados nas mais variadas carreiras. Se eu me permitisse a veledade de servir do caso da minha própria família, alargando-a apenas até primos e seus filhos, e a utilizasse como amostra, encontraria aí um sinal positivo de transformação no panorama educacional da comunidade açor-americana – desde um número já razoável de doutorados, até às áreas em que o fizeram (Química, Filosofia, Literatura Comparada, Medicina, Biologia), e às universidades frequentadas: MIT, Brown, Yale, Columbia, University of Pennsylvania, Boston College, entre várias outras. Mas de novo aqui uma regra parece emergir: quanto maior a assimilação da cultura americana, mais facilmente se dá esse acesso a graus superiores e às melhores universidades, o que por seu turno facilita ainda mais a integração.

Fica este esboço de levantamento que – repito-o conscientemente – está muito incompleto⁷. Só aceito publicá-lo porque me comprometi a isso. Qualquer omissão não só não foi intencional, mas nem sequer ocorreu por falta de preocupação em ser exaustivo. Que me desculpem os omissos.

Em nota final: quando lamento a ausência de uma mais avantajada presença nas universidades americanas por parte das nossas comunidades emigrantes, não quero de modo nenhum significar que ela não exista. Estou, porém, convencido de que mesmo os que estão conscientes da sua existência não se apercebem da dimensão dela na extensão aqui registada.

ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA

Professor na Brown University, Rhode Island

P.S.

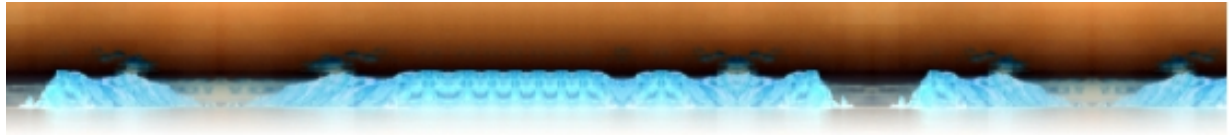
No meu artigo avisei que o que lá se inclui é uma lista incompleta. Eu próprio venho já colmatar algumas brechas antes de o artigo ser publicado por me terem ocorrido nomes de pessoas conhecidas que esqueci. Na secção dos luso-americanos há que mencionar o poeta Raymond Oliver, que foi Professor no Departamento de Inglês da Universidade da Califórnia em Berkeley e hoje é "Emeritus". Entre os emigrados, há que incluir o Professor Horace Martin, Professor de Farmacologia na Faculdade de Medicina da Brown University. Já referi o seu nome em vários escritos para ilustrar o facto de, em tempos, ter sido necessário americanizar o nome para se singrar nos EUA. Horace Martin chamava-se Horácio Martins e emigrou de S. Miguel aos dez anos.

Entre os nomes de pessoas que não consegui contactar a fim de verificar a informação exacta sobre a sua situação actual está Lina Moitoso de Vargas, doutorada em Biologia na Brown University e que, da última vez que dela tive notícia, era Research Assistant Professor, na Faculdade de Medicina da Boston University.

Foi apenas por falta de dados para elaborar uma lista com alguma qualidade que não alarguei o elenco a doutorados que exercem profissões fora das universidades. Dou como exemplo quatro amigos, dois deles familiares meus: Rui Ponte, doutorado pelo MIT e agora a fazer investigação no Atmospheric Environmental Research, Inc. em Cambridge, MA; Elizabeth (Edeme) Arsénio, formada em Medicina pela MacMasters University, Canadá; Cândido Pereira, doutorado em Química pela University of Pennsylvania e investigador no Argonne National Laboratory em Chicago; e Michelle Silva, doutorada em Química pelo MIT e investigadora no Physical Sciences, Inc, Andover, MA.

A lista é de facto para ser continuada. O.T.A.

⁷ Ficarei muito grato às pessoas que puderem e quiserem corrigir, actualizar e completar as informações coligidas nesta recolha de dados. Sobretudo completá-la com nomes injustamente esquecidos, bem como eventuais desconhecidos, pelo menos ausentes do "convívio" das comunidades açorianas na diáspora.



A ESPECIFICIDADE DO ENSINO PORTUGUÊS NA BERMUDA

Como é do conhecimento de muitos, o número de portugueses e luso-descendentes a residir permanentemente ou temporariamente na Bermuda é bastante significativo, se tivermos em consideração que dos mais de 65,000.00 habitantes que vivem neste território, 17% são portugueses ou de origem portuguesa (cerca de 11500), maioritariamente açoreanos. Talvez por este facto, se justifique que para além do inglês (língua predominante), uma das línguas mais faladas seja o português – curioso é o facto de que até algumas máquinas multibanco (ATM) apresentem a informação em inglês e português.

Neste sentido, também o número de crianças e jovens portugueses e luso-descendentes a residir na Bermuda é bastante significativo, o que leva à necessidade de criar um espaço que permita a estas crianças e jovens conhecer ou preservar o conhecimento das suas origens, tanto ao nível Linguístico como Cultural.

Por muito conhecimento que um aluno, que viveu durante anos na Bermuda tenha da Língua Portuguesa, considero que o domínio nunca será o suficiente para acompanhar com êxito o nosso programa curricular, não tanto ao nível da leitura, mas principalmente ao nível da compreensão, da interpretação e da escrita.

Assim, a Escola Portuguesa da Bermuda, no âmbito da disciplina de “Língua e Cultura Portuguesa”, foi um dos meios encontrados por entidades da nossa comunidade para dar a conhecer Portugal e a Língua Portuguesa”, pelo que esta tem vindo a desenvolver continuamente diversas actividades curriculares e extra-curriculares que fazem cumprir o objectivo de dar a conhecer muitos dos aspectos Linguísticos e Culturais que nos caracterizam.

Contudo, a especificidade do ensino de Português na Bermuda leva-me à necessidade de focar vários aspectos que, a meu ver, estão a condicionar o sucesso da aprendizagem do “saber Português”.

Antes de desenvolver esses aspectos, gostaria, primeiro, de fazer uma breve caracterização da escola, quer ao nível da estrutura, quer ao nível do seu funcionamento.

Actualmente, a escola funciona sob a responsabilidade e financiamento do Clube Vasco da Gama que é uma associação portuguesa de beneficência, única portuguesa na Bermuda, actualmente. Esta associação, também ela foi criada com o objectivo de fomentar e difundir a cultura portuguesa, sendo o vínculo de união entre “a família portuguesa” residente na Bermuda, particularmente, entre os seus membros.

Ora, a Escola Portuguesa da Bermuda, sendo um meio de difusão da Língua e Cultura Portuguesa, tem sido, desde há muito, uma das grandes apostas do Clube e, anteriormente, da Associação Cultural Portuguesa, sua criadora, com o objectivo de promover, nas crianças e jovens portugueses e luso-descendentes, o desenvolvimento de um conjunto de competências Linguísticas, Sociais e Culturais que lhes permitam conhecer e/ou preservar o conhecimento das suas origens, independentemente, dos seus projectos para o futuro passarem ou não pelo regresso a Portugal. Mais se incluem crianças e jovens bermudianos que, pelo convívio que têm com a nossa comunidade, também mostram interesse no “Saber Português” e conosco comunicar, na nossa língua.

A escola, por sua vez, está dividida em seis turmas correspondentes aos seis anos de escolaridade por que é

composta, abrangendo crianças e jovens com idades compreendidas entre os cinco e os quinze anos. Para além do Director da Escola, do professor e dos alunos, a escola conta ainda com outros intervenientes, nomeadamente, a comissão de pais e outros elementos que, incondicionalmente, apoiam a escola na organização e realização de festas e eventos culturais, não só para dar a conhecer as nossas Língua e Cultura, mas também para angariar fundos de forma a suportar as despesas a que a escola obriga. Saiba-se, também, que sendo esta escola oficializada – reconhecida pelo Governo Regional dos Açores – podemos também contar com o apoio da Direcção Regional das Comunidades, na atribuição de subsídios e cedência de materiais, à qual, desde já, agradeço em nome de toda a Escola.

Por sua vez, devido à residência temporária (de média ou longa duração) ou permanente, todas estes alunos estão integrados no sistema de ensino britânico, restando-lhes pouco tempo para frequentar a disciplina de Língua e Cultura Portuguesa. Assim, tendo em consideração o horário a que o ensino local obriga, o funcionamento da Escola Portuguesa está organizado em dezoito horas semanais, tendo cada uma das seis turmas duas aulas por semana com uma duração de uma hora e meia por aula.

Não sendo reconhecida pelo governo local, a disciplina de LCP acaba por ser complementar e, acima de tudo, opcional, sendo apenas frequentada por alunos que tenham interesse e vontade em aprender a sua “língua de origem”. É claro que, nalguns casos, esse interesse parte dos pais, principalmente, daqueles que valorizam a nossa língua ou, então, talvez pelo facto de saberem que um dia vão regressar a Portugal (Açores) e que é imprescindível que os seus filhos saibam falar, ler e escrever português.

Considero, pois, que uma das maiores vantagens da Escola Portuguesa da Bermuda é a reiterada prática da língua, principalmente, ao nível da oralidade, ao permitir aos alunos a aquisição de, por um lado, novo vocabulário e, por outro, conhecimento de muitos casos de estrutura e funcionamento da língua.

Se olharmos para o dia-a-dia das crianças e jovens portuguesas ou luso-descendentes que aqui vivem, verificamos que, durante a maior parte do dia, a língua que mais falam e ouvem é o inglês, seja na escola, seja no convívio com os seus pares ou, muitas vezes, em casa, principalmente, se tiverem irmãos. Neste sentido, a língua portuguesa só é praticada aquando do diálogo com os pais (e não são todos) ou nas aulas de LCP.

Quero, ainda, chamar a atenção do leitor para os casos em que, fora o inglês, o português que a criança aprende (principalmente em casa) é o inglês “aportuguesado” que não é nem uma coisa nem outra. Isto deve-se ao facto de que muitas pessoas, quando emigraram para a Bermuda, não tinham conhecimento da língua (inglês) e, para poderem “desenrascar-se”, foram adquirindo vocabulário, à partida inglês, usando-o exactamente da forma como o percebiam. Como tal, foram surgindo vocábulos como “estôa” (store = loja, mercearia), “ofas” (office = escritório), “deri” (daddy = pai), entre muitas e muitas outras. É certo que muitos destes vocábulos foram transmitidos para os filhos que acabam por os entender como vocabulário português, fazendo parte da linguagem corrente. Imaginem, senhores leitores, a árdua tarefa do professor em eliminar estas concepções alternativas, o que acaba por deixar os alunos ainda mais confusos!

Por outro lado, com o passar do tempo, fui-me apercebendo de que o currículo do ensino local pouco ou nada contempla o ensino de regras da estrutura e funcionamento da língua (pelo menos nos anos lectivos correspondentes às idades que a escola portuguesa abrange), tornando a aprendizagem da língua portuguesa ainda mais difícil, porque, não tendo bases a este nível, mais difícil é para os alunos construir a sua aprendizagem relativamente à estrutura e funcionamento da nossa língua, que são bem complicados!

Outro facto que gostaria de realçar, e que, na minha opinião, é uma das principais condicionantes ao sucesso de aprendizagem, está relacionado com o período em que as aulas de LCP são dinamizadas. Como o leitor já deve ter percebido, o número de horas disponibilizadas para esta disciplina é bastante reduzido, mas, mais grave, é a hora a que tem lugar: durante os dias úteis, as aulas de LCP são dinamizadas entre as dezasseis e as dezanove horas, o que pressupõe que os alunos só frequentam esta disciplina após o seu horário lectivo contemplado pelo ensino local. Ora, depois de passar um dia na escola, qual será a motivação dos alunos para frequentarem a escola portuguesa, se tivermos em conta que a sua capacidade de atenção e de concentração é bastante reduzida? Considero, pois, que este factor estará de certo a condicionar a aprendizagem dos alunos e, de certa forma, a tirar-lhes o gosto pela aprendizagem da língua e cultura portuguesa, pois, porque a sua vontade, àquela hora, era a de estar em casa a ver

televisão ou na internet!

É claro que também é da responsabilidade do professor promover actividades mais dinâmicas, principalmente lúdicas, que apelem ao interesse do aluno, mas, mesmo assim, é um esforço redobrado de ambas as partes!

Não é minha intenção, de forma alguma, desvalorizar o ensino português na Bermuda, nem quero que o leitor assim o interprete, apenas quero alertar para que a falta de interesse ou motivação de

algumas crianças e jovens em frequentar a escola portuguesa ou até mesmo o pouco aproveitamento escolar (domínio da Língua) que elas possam apresentar não se justifique pela sua incapacidade de aprendizagem ou por falta de gosto pelas suas Origens, mas, sim, pelas condições em que esta aprendizagem é feita. É preciso salientar que também cabe aos pais, como intervenientes educativos, promover situações que despertem nos filhos o gosto pelo “Saber Português”.

Por outro lado, uma questão que me tem preocupado bastante está relacionada com o regresso (voluntário ou obrigatório) de muitos alunos a Portugal (maioritariamente Açores), no que diz respeito à sua integração e adaptação, não só às escolas, mas, sobretudo, ao nosso sistema de ensino e às leis que o norteiam.

Por muito conhecimento que um aluno, que viveu durante anos na Bermuda, tenha da Língua Portuguesa, considero que o domínio nunca será o suficiente para acompanhar com êxito o nosso programa curricular, não tanto ao nível da leitura, mas principalmente ao nível da compreensão, da interpretação e da escrita. Quando o digo, refiro-me também àqueles alunos que sempre mostraram um bom aproveitamento escolar face ao currículo britânico.

Acredito, pois, que há quem atribua essa responsabilidade aos pais, que deveriam ter pensado nesta questão antecipadamente. Contudo, o objectivo não é procurar culpados, mas, sim, encontrar respostas e soluções. É, de facto, uma tarefa difícil para os intervenientes educativos e, num modo geral, para o sistema.

Que medidas e/ou estratégias estão ou deverão ser tomadas? Em que turmas deverão ser estes alunos integrados, tendo em consideração a sua idade e o conhecimento tanto linguístico como científico que já possuem? Que equivalências entre currículos?

De certa forma, considero que estes alunos acabam por ter necessidades educativas especiais, no sentido lato do termo.

Até que ponto as escolas, enquanto instituições, estão sensibilizadas para esta situação, no sentido de criarem condições que promovam condições para o sucesso escolar destes alunos, sem lhes desperdiçar a “bagagem” de conhecimento que já possuem?

Estas são todas uma série de questões que reflectem a especificidade do ensino do “Português” na Bermuda e, para as quais todos devemos estar sensibilizados, pois, também a componente sócio-afectiva é afectada, não só para os que voltam, mas também para os que já lá estão!

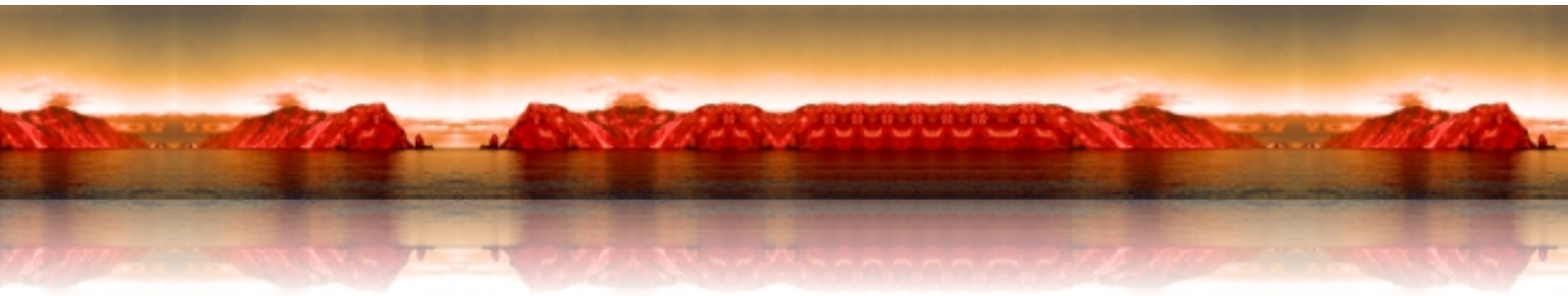
Ao fim e ao cabo, cá ou lá, o nosso sangue é lusitano!



RICARDO PRATAS

Professor de Português na escola do Clube Vasco da Gama (Bermuda)

algas sonhos transparências





CECÍLIA RIBEIRO
“Travesseiro” – técnica de lastra/baixo-relevo

POSTAL DE TERRA NA TERRA

Aqui está escuro. O meu fuso é sempre o da noite e canso os olhos na tentativa do sonho às cores.

Não vejo mais que um fundo negro e nesse fundo, outro fundo e lá dentro: eu.

Desapareci no teu inesgotável interior, imaginando um ninho, uma gruta aquecida – célula da vida.

Dei-te os gritos todos. Os dedos atravessaram correntes frias, camadas de ozono, atmosferas dolorosas e ficaram parados nas estradas do teu corpo, onde se abriam as flores crescidas para mim. Eras o meu jardim sem canteiros e sem espinhos. Um jardim de jasmins, selvagem e húmido e com tanques repletos de peixes reais, de lagos transparentes. Sentava-me nesse chão de musgo, os teus ramos atavam-me as asas, leves, as tuas raízes voavam ao encontro das minhas e éramos um postal de terra na terra.

Hoje há uma fita preta na paisagem.

E no meu fuso acumulam-se interrogações patéticas e tristes.

Estou no escuro.

Sou para ser assim.

LUÍSA RIBEIRO



RUI MELO
“Blue” – técnica mista sobre tela

COME O CORAÇÃO

gosto que me arrastes me ponhas ferros
me desafies me faças
brava investidora e deixo
a jaula: ou cuidas de ti
ou não sobras: desfaço-te em líquidos
bebo-te e dou contigo em animal

e quero ser igual ao sangue: trata-me
como um toiro: um bicho feroz: um musgo
das grutas onde o amor é a morte

FLOR AO LUAR

É abrir o papel – flor ao luar – e despir a inocente paragem do tempo. E é esquecer, perder, cantar, trocar o movimento do vento que estala no teu cabelo fresco.

É abrir pétalas e não rezear o tempo que perdi a copiar-te; é não murchar, não afundar, não calar. Não rasgar retratos.

E aceitar o nevoeiro; vestir o nevoeiro; rodear a chuva; iludir a música – esconder-me nas árvores e trocar as dezanove esquinas da rua da Sé ou esperar-te à sombra das lajes do Museu.

E rodar e rodar e rodar.

Aspirar a alegria e a luz que o teu sorriso esmaga inocente. Ou obedecer ao som com que a tua voz prenuncia o meu nome.

É abrir o papel à flor do luar.

LUÍSA RIBEIRO





MIGUEL REBELO
“MONTE BRASIL” – técnica mista sobre tela

A CARTA DA AMÉRICA

DANIEL DE SÁ





Mestre João Bernardo era sapateiro e ferrador. Calçar apenas criaturas humanas ou irracionais não seria suficiente para garantir o seu sustento e o da família, e por isso aprendeu as duas artes. Mas, para não ofender as pessoas, definia-se como um sapateiro que também calçava animais, porque, se dissesse de si mesmo que era um ferrador que também calçava gente, isto seria decerto tomado como ofensa à sensível dignidade dos bípedes pensantes.

Viera para a aldeia quando já por outros sítios o negócio de calçar pessoas e animais fora derrotado pelos sapatos de marca e pelos pneus dos automóveis. E, quando a aldeia se tornara em reserva natural para meia dúzia de teimosos serranos que não queriam ter para onde ir, partira para a América, porque de lá recebera a garantia de um inesperado e estranho contrato de trabalho. Um filho emigrado fez-lhe carta de chamada para que ele fosse fingir que era um ferreiro de cento e tal anos antes, num desses museus vivos que reconstituem o tempo e a vida numa aldeia de pioneiros. Não compreendeu bem do que se tratava, mas aceitou com enorme satisfação a mudança para a terra da abundância onde até o passado pagava ainda o presente de muita gente.

Foi em sua casa que se jogou o último desafio de sueca na serra. Com a partida de mestre João Bernardo, no dia seguinte, não ficariam na aldeia mais do que três homens: o tio Amadeu, o Joaquim Torre Velha e Manuel Cordovão. Por isso aquele serão de sueca e despedida teve honras de mutismo em velório que nem os cálices de aguardente animaram. Qualquer último dia é sempre inesquecível, talvez mais do que o primeiro, nem que seja o de um simples jogo de sueca. Os parceiros haviam sido sorteados dando uma carta a cada um. Manuel e o Joaquim Torre Velha ficaram com as duas mais baixas, e por isso formaram equipa.

Para evitar uma indefinida sucessão de partidas em que os que estivessem em desvantagem invocassem o seu direito à desforra, foi combinado que a disputa terminaria quando uma das equipas alcançasse seis vitórias.

Partida a partida, a sequência de vitórias e derrotas não deu a nenhum dos pares uma vantagem superior a uma até ao quatro igual. Depois, Manuel e o Torre Velha ganharam as últimas duas com facilidade.

Ao jogar a derradeira carta, sabendo que a vitória estava assegurada, Manuel sentiu uma tristeza tão grande como se aquela fosse a maior derrota da sua vida. De cada vez que alguém partia, a tristeza era tanto maior quanto menos gente restava na aldeia. E parecia que os que se despediam, indo, sentiam o mesmo e na mesma proporção que os que diziam adeus, ficando.

Os outros dois passaram a recordar aquele último serão como se tivesse sido uma das noites mais importantes das suas vidas. O velho Amadeu garantia que fora sorte apenas, a do Manuel e do Torre Velha, que se apanhasse outra vez mestre João Bernardo à sua frente e com um baralho de cartas no meio dos quatro, eles haveriam de ver como perdiam num ai.

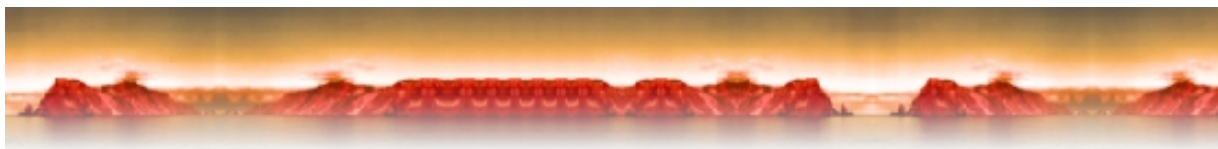
Num fim de dia, em que conversavam à porta da casa do Torre Velha, Manuel tirou um baralho da algibeira, embaralhou bem, disse àquele que partisse e mandou que o tio Amadeu desse cartas como se mestre João Bernardo estivesse ali. “És maluco”, disse o velho, no entanto obedecendo. Manuel pegou num envelope, meteu-lhe dentro as dez cartas restantes e explicou: “Vou mandar estas cartas ao mestre João Bernardo. O senhor Joaquim jogue uma, para eu lhe dizer e ele decidir qual a carta que há-de jogar.”

Perante o pasmo deles, explicou. Cada um guardaria as suas cartas, esperando a resposta do companheiro distante. Quando ela chegasse, juntar-se-iam os três e completariam a vaza. Depois, começariam outra e Manuel Cordovão escreveria novamente a dizer como fora. “Isso nunca mais acaba!” disse o velho Amadeu, mas mais em jeito de satisfação que de censura.

Cada resposta vinda da América demorava pelo menos duas semanas a chegar. Às vezes o serão de sueca não passava disto: Manuel abria o envelope, punha na mesa, em cima das outras três, a carta enviada por mestre João Bernardo, e, se era este que ganhava a vaza, arrumavam as suas e esperavam mais duas semanas. Quando era a vez de ele dar cartas, prevenia com antecedência se queria virar trunfo por baixo ou por cima, e o velho Amadeu dava por ele. Mas ficavam felizes como se não faltasse ninguém.

O velho Amadeu adoeceu quando estavam empatados a duas partidas, mas ia ganhando a quinta por três a um. Ainda aguentou o suficiente para viver até à penúltima vaza, que ganharia se mestre João mandasse um trunfo para cortar um rei jogado pelo Torre Velha. Não veio o trunfo. Mas Manuel trocou a carta da América por uma sua e mostrou-a ao quase moribundo como sendo a do companheiro. “Vocês ganharam, tio Amadeu.” O velho sorriu, feliz. Pela última vez, o velho Amadeu sorriu. Para que ele sorrisse durante mais uma partida, Manuel seria capaz até de roubar ouro.

(Da novela a publicar *O Pastor das Casas Mortas*)



POR UMA QUESTÃO DE LIMPEZA E UM IRREMEDIÁVEL EQUÍVOCO

Escurecia. No corrimão da varanda do balcão escorriam, lânguidas e brilhantes, gotas de chuva. Já não ouvia o irritante crocitar dos corvos, vigiando, do alto das árvores, as crias no chão, sombras minúsculas aprendendo o mister das asas. O mundo partia com o Outono. Havia um silêncio profundo na tarde que findava. Estendia-se pelo céu, sob esvoaçantes folhas de neblina que começavam a encobrir as montanhas ao fundo.

Angelina teve um arrepio de frio. Pousou a caneca de café no tampo da mesa de vidro e correu o fecho do casaco. Foi quando ouviu o telefone.

– Angelina? Aqui é o Ventúrio.

A voz, rouca, foi como uma descarga eléctrica. Arrependeu-se de ter atendido. «Palerma», murmurou, tapando o microfone instintivamente com a palma da mão esquerda. Fora tarde, porém.

– Não percebi ...

– Nem eu. Deve ser das linhas.

Pausa. Ventúrio era a última pessoa no mundo com quem desejava falar nesse momento.

– Você diz essa palavra no serviço quando está zangada. É portuguesa, não é?

– Não sei de que está a falar ...

– Palerma, falo da palavra palerma. É portuguesa, sem dúvida. O que quer dizer?

– Você não me telefonou para aprender português, foi? Pode dizer o que é? Tenho o café a arrefecer na varanda.

– Angelina, estive a pensar no incidente de hoje. O melhor será um de nós pedir a transferência para outra escola. A situação vai tornar-se muito tensa depois da partida que você me pregou.

Angelina perdeu a compostura.

– Nunca pensei que você fosse tão estúpido! Chama partida a um incidente? Se você está mal, que se mude, ora essa!

Sentou-se, descoroçoada, no cadeirão da sala. Enfiou os pés numa bacia com água quente e curvou-se para os massajar. Depois, lentamente, passou creme pelas pernas e os braços. Massajou ainda os ombros e o pescoço. Adorava a luz. No Verão, naquele mesmo lugar, o sol, flamejante, beijava-lhe os joelhos. Agora o rio imenso da noite caía com o fragor das mais revoltas águas outonais. Até a voz de Ventúrio lhe soara a chuva.

Tudo começara na sala de trabalhos manuais. Ventúrio aparecera-lhe de repente no corredor, acompanhado de Jerónimo. Vinham munidos de vassouras, baldes, panos e sabão líquido.

– Angelina, venha connosco. O reitor quer a sala de trabalhos manuais limpa hoje.

Seguiu-os contrariada. Faltava-lhe passar o pano no corredor e aspirar a biblioteca. Mas ordens eram ordens.

À sua frente, os dois homens pareciam o Bucha e o Estica. Ventúrio, muito pesado, andava com as pernas a roçar uma na outra, tchac, tchac, o cabelo, sempre aparado como um locutor de televisão, as bochechas reluzentes, abrasadas. Jerónimo não podia ser mais o oposto: franzino como uma verga, dava a impressão de um mosquito espremido, melenas longas e espalmadas sob o boné. Acompanhava o colega aos saltinhos, a barba por fazer pois tinha o estranho hábito de barbear-se apenas às terças e aos sábados.

A sala estava um pandemónio – cadeiras voltadas, ferramentas por todo o lado, os balcões de carpintaria sujos de farelo, vidros partidos de uma janela por onde os vândalos tinham entrado na noite anterior. O pó de gesso era tanto que parecia ter nevado lá dentro.

Jerónimo deixou passar uma imprecação pelos dentes nicotinados. Ventúrio, aturdido, abanava a cabeça.

Especados à porta, Angelina teve de se pôr em bicos de pés para espreitar. «Bonito serviço!» comentou prostrada.

Hora e meia depois a sala reluzia de limpeza.

– E se fôssemos buscar uma piza? Tenho a fome de um cavalo – disse Ventúrio, levando a mão ao nariz antes de espirrar.

– Sujos desta maneira? – espantou-se Angelina.

Entreolharam-se. Estavam num estado lastimável.

– E se nos limpássemos com o aspirador? – propôs Angelina. – Depois era só lavar as mãos e a cara.

Nenhum respondeu. Ante a indecisão deles, Angelina usou do seu habitual engenho: pegou no cano do aspirador e limpou-se da cabeça aos pés.

– Quem está a seguir? – perguntou olhando para ambos. Jerónimo pôs-se logo diante dela.

Ficou tão limpo como se tivesse acabado de se vestir de fresco. Até o bigode, tão hirto como ervas congeladas, lho aspirou.

Ventúrio, chegado a sua vez, recuou. Indiferente à sua indecisão, Angelina lançou-lhe ao peito a boca ávida do aspirador. Correu-lhe a camisa de flanela, as calças de ganga e as sapatas de ginástica. Depois o pescoço, que o fez estremecer com cócegas, a cara, e só então o cabelo. No preciso momento em que Angelina passava o cano pela sua testa suada, aconteceu o imprevisto: os belos caracóis de Ventúrio desapareceram pelo cano a uma velocidade alucinante.

– Minha grande cabra! – berrou Ventúrio exasperado, tentando cobrir com as mãos a brancura da pelada, tão alva como o rabinho de um bebé.

Angelina abriu o aspirador para reaver a cabeleira postiça. Quis limpá-la mas Ventúrio, truculento, arrancou-a das suas mãos. Colocou-a na cabeça como pôde e saiu pelo corredor fora a mastigar os mais venenosos insultos contra ela.

EDUARDO BETTENCOURT PINTO



senhora, não mais a vi, pois recolheu ao camarote, onde passou a viagem em regime de clausura. Viajava com uma criada que, de quando em vez, subia e, a quem por ela perguntava, invariavelmente respondia: muito mal, vem passando muito mal com este mar:

O dia de Domingo passou bem, mas triste. De momento em momento consultava o relógio para ver o que, aí, estava fazendo por aquela hora. Assim fiquei mais distraído. Quando chegamos ao Funchal amanhecia. Parece um presépio.

Adeus, até Lisboa.

Um abraço para os tios. E aceite um ainda mais apertado do primo,

Marcelo”

O silêncio assenhoreou-se do exíguo espaço povoado de retratos. Um deles era de Marcelo. Vestia sobretudo e sobre a cabeça trazia um chapéu que ela sabia ser azul-marinho pois testemunhara o momento, junto da pequena igreja de Nossa Senhora da Vitória, na lagoa das Furnas. Era uma manhã de sábado. Uma dessas manhãs que trazem sobre a superfície das águas os tons da melancolia. Como ela lembrava o sorriso luminoso do primo e o sol ardente. E por momentos o retrato pareceu um cortinado abrindo-se lentamente em movimentos delicados sobre seus olhos cor dos cedros. Estavam sentados sobre a erva e ele atirava pequenas pedras para a água que formavam círculos ondulados como cabelos. E sorria. Inocente. A rapariga, a mesma que trouxera a carta, estendera a toalha sobre o chão. A cesta de vimes com o assado estava na charrete, à sombra, e a outra, com pratos, talheres e copos, junto da velha Madalena que, zelosa, espreitava os movimentos da criada.

– Vê se te maneias, criatura, os meninos querem almoçar.

Marcelo estendia o olhar pelas cercanias perdendo-se à cata de flores enquanto a prima parecia adivinhar-lhe o pensamento.

– Porque não fazemos um jogo?

– Que jogo sugeres meu primo?

– Eu cubro seus olhos com um lenço, depois descrevo-lhe flores, e às minhas indicações vai tentando adivinhar seus nomes. Quer?

– Sim! – Disse sem hesitar e, após uma pausa, avançou – Mas além da descrição das cores e forma das pétalas, quero indicações sobre o seu perfume.

– Perfume?

– E por que não? – Acrescentando, ainda – O sentimento da sua alma perante o perfume de uma flor.

– A prima quer-me a recitar.

O céu estava como o mar e não havia nuvem nem brisa. Os verdes abundavam – criptomérias, fetos, plátanos, azáleas, conteiras, hortênsias. Um infinito silêncio maior que a luz e tranquilo como a expressão da mulher que, repentinamente, retirou o chapéu e desfez o nó que abraçava o lenço à palhinha. Então, Marcelo abeirou-se, cuidadoso e meigo, quase infantil, escondeu-lhe os olhos sob o amarelo do longo lenço que agora caía sobre as costas. Ela, num amável gesto, abriu os braços querendo enlaçar aquele inefável mundo derramando-se pelo vale. Que essências amaciam o coração? Deus continuava condescendente e generoso com aqueles rochedos fundeados nos abissais e escuros fundos do oceano. Quando arrefeceram as lavas que escorreram dos vulcões, formaram-se crateras enormes a que os habitantes davam o nome de caldeiras. Umas eram secas, abundantes de bagacinas e rara vegetação; outras, lagos de água fria, apelidados de lagoas. Isto ocorria pelo espírito de Maria Teresa quando Marcelo perguntou:

– Prima, diga que flor é esta: aparece pelo vale e pelos caminhos da ilha, e cheira ao orvalho da manhã?

Ela, sorrindo, interpela:

– Que cor tem?

– Tanto é da cor do céu como pode ser da cor das nuvens.

– Hortênsia! Só pode ser uma hortênsia.

Era uma hortênsia. Abriam-se pelos vales parecendo alvos novelos de lã, ou sendo azuis, os olhos da Terra. Ou ainda, rosa. Como toucado de menina. As folhas verdes pareciam recortadas por mão de fada. E forte o caule como a

terra que lutou contra a raiva dos vulcões.

De tão absorvidos não ouviram o chamamento para o almoço.

A cidade revigorava-se com a chegada dum vapor. Outra luz, outro contentamento. Quando a rapariga voltou a entrar na saleta, disse:

– Menina, o vapor está a entrar.

– O vapor? Pois, o vapor! – Disse por dizer.

Tão cativa estava das recordações do primo que permaneceu com o olhar nos retratos, enquanto um fio de luz entrou pelas janelas, mais o burburinho nervoso dos micaelenses que se dirigiam para os Portões da Cidade. Permanecia sobre o colo *A Brasileira de Prazins*, as mãos caídas no regaço, a carta na mesinha do café. A carta de Marcelo aprisionava-a. Mais os telegramas que enviara, ainda os que dele recebera. Nada teria sido possível se o mar fosse distante.

– Menina, venha ver como o vapor é bonito. Há tanta gente à espera. Venha.

Perante a insistência da criada, levantou-se. Atravessou o corredor, suspensa, enquanto a rapariga, num nervoso miúdo, continuava:

– Hoje é o segundo.

– Oh, Rapariga, mais parece um faroleiro.

– Troça de mim, mas se não fossem os vapores, à ilha não chegavam cartas.

– Que pensará quem te escutar!

Alcançaram o pátio e a embarcação apitou. Um fumo negro saiu das suas duas chaminés. Tão próximo estava que Amélia, assim se chamava a criada, julgou que estendendo os braços tocaria nas mãos dos passageiros debruçados no convés.

– É estrangeiro, menina?

– Sim! – Afirmou paciente, depois revelou – Americano!

– Quem pudesse desaparecer num vapor igual – E os seus olhos anunciaram-na cativa de uma viagem. Depois, perguntou – Como sabe que é americano?

– Pela bandeira que traz à ré.

– Ré? As coisas que a menina sabe.

Regressou ao sonho que trazia no peito, porém, a criada parecia roubar-lhe o gosto da divagação.

– A menina lembra-se da noite em que ficamos a mandar recados para dentro do vapor do menino Marcelo?

Maria Teresa lembrou os minutos daquela noite de Março como fita de cinema, um a um, como quando na companhia do pai, em Paris, assistiu à projecção da coroação do Rei Jorge de Inglaterra, porém, agora a heroína chamava-se Maria Teresa. Amélia segurava no candeeiro, enquanto que ela com o xaile tapava e destapava, lentamente, para não apagar a chama, o vento crescera e, se a criada o não segurasse, Marcelo nunca teria recebido as mensagens. Quando de bordo começaram a chegar aqueles sinais trémulos de luz, foi uma alegria, depois a dúvida? seriam do primo? Ou seria um tripulante? Só poderiam ser do primo, agora a carta confirmava-o.

As traseiras da casa davam para a baía e a frente para a praça das duas igrejas onde, ao centro, uma árvore secular tudo ligava. Abandonando o camarote sobre o mar, regressou à saleta de onde a praça se enxergava. Olhou a árvore sem nome, e pensou que nunca a vira despida. Recuou até à mesinha, a carta parecia esquecida. Olhou os malmequeres, os primeiros a chegar do campo, retirou um da jarra, com ele acariciou o rosto, os lábios ao de leve, depois extraiu pétala após pétala, sempre em silêncio e com o olhar, ora no sobrescrito, ora na árvore. O cortinado, levado pela aragem ácida, afastava-se em delicados movimentos deixando vislumbrar a praça e a árvore. E os ruídos outra vez. Gente para o cais, gente descobrindo a praça, vozes estranhas como o estranho amor que, desde a chegada do primo, habitava a sua alma e, partindo, a deixara como aquele malmequer esmagado que atirara pela janela. Com a mão segura apanhou o sobrescrito, rasgou-o. De seguida, correu às traseiras e deixou o vento levar mil sonhos, mil pedaços de papel. Pareciam pétalas de malmequer movidas pelo vento.

Entrou no quarto de onde o mar se alcançava, e escreveu:

"Ponta Delgada, 2 de Abril de 1911

Primo:

A sua carta chegou há pouco. Todos nos alegramos em saber de si. Quando esta estiver em suas mãos, terá regressado para os seus, ao seu Rio de Janeiro. Poderia aguardar mais uns dias para escrever-lhe, ainda andará em viagem, porém, apresso-me, porque um lamentável equívoco se instalou entre nós, ou melhor, em si. Na verdade achei divertida a sua carta e apaixonante a história dos telegramas, no entanto confesso: não fui eu a remetê-los para bordo, mas sim Amélia, a criada. E mais divertido ainda porque, na manhã seguinte à sua partida, veio acordar-me radiante, dizendo que o seu Alfredo, um tripulante do "S. Miguel" que conhecera na praça das duas igrejas, lhe respondera aos sinais de luz.

Há pouco chegou outro vapor, onde virá o Luís. Creio ter-lhe falado, estuda medicina em Coimbra e vem passar uns dias às Furnas. Está muito doente o infeliz. Os versos – cheguei a ler-lhe alguns dos seus sonetos – deixaram-no esquecido do mundo.

Recomendações para os tios.

Um abraço da prima,

Maria Teresa"

Dobrou o papel em duas partes, meteu-o no envelope, escreveu o nome, morada do destinatário. Os lábios colaram demoradamente o sobrescrito. Depois, abeirou-se do pátio das traseiras e deixou-a, tal como fizera à dele, ser levada pelo vento, mas não em mil pedaços, e recolheu-se em lágrimas junto aos malmequeres. Os parentes dos retratos só tinham olhos para ela, desfeita, arrependida. Gritou por Amélia quase em delírio, porém, demorava. Correu em sua procura não atinando com as portas. A criada pasmara com o movimento do ancoradouro, as cores do navio americano, imaginando a sua viagem, vendo-se no cais deixando a ilha, os achaques repentistas da patroa, os tostões contados, a pequenez da terra, esse aperto onde habitava apartada do mundo, sem saber o que sonhar. E com um grito acordou.

- Vai, criatura, depressa.
- Onde, menina, onde?
- Vê se encontras a carta que entreguei ao vento.
- A que recebeu do menino?
- Não, infeliz, a que acabo de lhe escrever.
- Como a encontrar? – Pergunta, pasmada.
- Não sei. Pelo nome dele, sim, pelo nome dele.

Amélia não correu, voou. Desceu as escadas como novelo ou como borboleta, avançou por entre a multidão com os olhos presos na calçada, depois nas mãos deste ou daquela. Corria, abrandava, olhava para trás, voltava a progredir entre o vai e vem das saias roçando sensualmente o chão, voltando a procurar na distância o vulto de Maria Teresa na varanda do pátio. Nada. Em casa, desfeita, arrependida, vagueando entre a janela da saleta e o pátio como se aguardasse, não a criada, mas alguém batendo à porta com a carta, pensa: como, se nem o remetente escrevi?

Bateram à porta, acudiu.

- Como estás, Maria Teresa? – Era um rosto alvo de olhos mais claros que os dela, cabelos soltos e loiros e finos.

Gelaram as mãos, dançaram as pernas como canas da beira-mar, a voz perdida. Segurou-se à porta até reencontrar a voz e, por fim, exclamou:

- Julgava-te em Coimbra!

- E por isso não me convidas a entrar?

– Desculpa, não esperava – não sabia disfarçar, tudo naquele instante a traiu, mas por fim balbuciou – Que bom te rever!

Os cortinados da janela foram afastados para a luz avivar o seu rosto e os malmequeres, porém, as palavras não diziam dessa claridade que, da praça das duas igrejas, invadia o espaço e devolvia vida aos parentes dos retratos. Só a ela parecia não iluminar e, quando viu Amélia à porta, de braços caídos, arfando o peito enfezado, se voltou para a

árvore da praça, e disse:

– Hoje pareces mais verde, mais senhora.

Luís olhou a criada, esta buscou uma expressão acanhada, um tanto aparvalhada, nada dizendo, pois nada entendia.

– Que fazes aí espedada à porta, alguém te chamou?

Não alcançando as palavras, a criada apenas soube soletrar:

– Verde?

– Não, não quero verde, antes preto, um chá preto!

O silêncio regressou e passaram a ser audíveis as gargalhadas dos parentes mortos, os queixumes dos malmequeres e, cortante como o gelo, o apito do navio afastando-se, provocando de imediato um olhar longo para o retrato do primo e, à pergunta "teria apanhado a carta?", nenhum dos parentes respondeu. Não sabendo mais esperar, desculpou-se com a demora da criada e foi à cozinha, de lá seguiu até ao pátio onde a rapariga espionava o quintal do vizinho, confrontando-se com o que temia.

– Nem sinais do envelope.

– Não pode ser. Mas que fazes em cima desse muro?

– Talvez o vento a tivesse plantado no jardim do lado.

Voltou ao poeta doente, porém, o pálido rosto denunciava o seu desassossego, levando a que Luís questionasse:

– Não se sente bem?

– Cansada, toda a manhã foi uma correria.

– Não deveria ter vindo sem avisar, prometo que virei mais tarde – disse, levantando-se.

– E o chá? – Perguntou Maria Teresa à falta de outras palavras.

– Amanhã, porventura – disse e, sem se despedir, afastou-se.

Não houve outro chá porque nessa mesma tarde seguiu para as Furnas de onde não voltou a sair, passando os dias escrevendo para se esquecer das vielas de Coimbra, dos humores imprevisíveis dos mestres, da valentia dos colegas, dos sonetos desconsolados esquecidos sobre o tampo da escrivãzinha na "república" aonde não pretendia regressar. Por isso escrevia. Queria reescrever todos os sonetos, horas a fio, nada comendo e nada dormindo, a doença encurralando-o nas quatro paredes que o apartavam do mundo, não padecendo do corpo mas do espírito. Isolou-se de tudo e todos, da própria luz do dia que aparecia e desaparecia sem que notasse a noite avançando, uma silenciosa e impiedosa e infundável noite dos mortos. Nasceram os dias mas não para ele que só enxergava os versos aperfeiçoando a métrica até encontrar a música capaz de comover a sua alma e, quando pelo terceiro dia de solidão, soaram pela casa as três pesadas badaladas da tarde, despiu-se e deitou-se sobre o chão de madeira encerado, nu, olhos no tecto, adormecido.

A notícia chegou à casa da praça das duas igrejas pelo início da noite, sem meias palavras: Luís fora encontrado sem vida sobre o soalho da sala grande, pelos avós, às cinco da tarde. A sua mão esquerda segurava um crucifixo deitado sobre o peito, a direita um velho revólver e, a seu lado sobre o chão, uma bíblia aberta na epístola de São Lucas relatando a morte de Cristo:

"Por volta da hora sexta, as trevas cobriram toda a terra, até à hora nona, por o Sol se haver eclipsado. O véu do Templo rasgou-se ao meio, e Jesus exclamou, dando um grande grito: "Pai, nas Tuas mãos entrego o Meu espírito". Dito isto, expirou".

Na manhã seguinte, a caminho das Furnas, mergulhada em dolorosa e profunda mudez, ao passar nas margens da lagoa, Maria Teresa olhou as flores sem as ver, seguiu o voo das aves sem dar conta do rumo que tomavam, atendeu no rumor das folhas das árvores sem ouvir, só escutou, vinda das águas, uma voz envolta em murmúrios que descrevia na sensibilidade própria das palavras medidas – hortênsias, margaridas, azáleas, malmequeres. Uma segunda voz se misturou, menos nítida, porém, familiar, recitando versos que ela conhecia. E pela primeira vez sentiu medo e achou-se só.

As razões da carta para o primo negando a autoria dos sinais enviados para bordo do vapor S. Miguel, perseguiram-na; o estranho suicídio do poeta que todos consideravam seu noivo, manchou o entusiasmo da estação;

ainda a partida de Amélia, sua cúmplice, que assustada com o cerco da ilha decidira partir no primeiro vapor que demandou a baía. Por tudo isto, também ela seguiria para o ancoradouro com o propósito de não regressar nunca mais às Furnas nem ao pátio de onde se enxergava o mar e sonhava o mundo.

Assim falou aos pais e assim fez.

Quando na véspera de partir para Lisboa, primeira escala de uma longa viagem que a levaria por uma Europa entristecida, onde se adivinhava o cenário em que mergulharia por vários anos, voltando a casa do lançamento do livro *Infinito Tempo* – versos do poeta morto por volta da hora sexta –, uma carta a esperava na mesinha da saleta. O primo Marcelo acusava a recepção da missiva sem remetente e lamentava o equívoco dos telegramas, mas alegrava-se por Amélia.

A praça das duas igrejas andava mais deserta e estranhamente inexpressiva a velha árvore. Retirou da jarra um malmequer, e em silêncio desfolhou-o sob uma luz crepuscular que deixava moribundo o calendário.

IVO MACHADO



JOE LIMA
S/t (pormenor) – técnica mista sobre tela

JOI CLETISON E O CARNAVAL NA TERCEIRA

Joi Cletison foi um dos convidados a participar, com outros fotógrafos do Brasil, Canadá e Estados Unidos da América, no «workshop» Gentes e Gestos do Carnaval da Terceira, realizado durante o período carnavalesco de 2006.

Com as imagens que colheu, realizou uma exposição pelo Carnaval de 2007, no espaço do Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade de Santa Catarina. As imagens aqui registadas fazem parte dessa exposição e mostram como ele soube olhar as «danças» e «bailinhos» da Terceira, nomeadamente sob o ponto de vista estético.

Joi Cletison Alves, natural do Estado de Santa Catarina/Brasil, é historiador e especialista em História de Santa Catarina. Actualmente, é Director do Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Fez parte da direcção do Departamento Artístico Cultural da UFSC, onde implantou a Galeria de Arte desta Universidade. Dirigiu várias instituições culturais no Estado de Santa Catarina. Há mais de 30 anos que, como fotógrafo, realiza dezenas de exposições quer no Brasil quer no estrangeiro.











